

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA
AGRÁRIA - INCRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SERGIPE – SR23

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

MARÇO/2009

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA
AGRÁRIA - INCRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SERGIPE – SR23

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Aracaju, 15/03/2010

Sumário

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual	7
2. Objetivos e metas institucionais	8
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.	8
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	12
2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	15
2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento	16
2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	17
2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa.....	18
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade	20
2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais.....	20
Principais Ações do Programa	21
2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária 21	
2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais.....	22
2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária 24	
2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária.....	26
2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	28
2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária	29
Principais Ações do Programa	29
2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento	29
2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	31
2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol 33	
2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento	34
2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária 36	
2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.....	37
2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas	39

2.3.2.8	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	41
2.3.3	Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas	42
	Principais Ações do Programa	43
2.3.3.1	Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	43
2.3.3.2	Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural	46
2.3.3.3	Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	47
2.3.3.4	Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	49
2.3.3.5	Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas	51
2.3.3.6	Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas	52
2.3.3.7	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	52
2.3.4	Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	54
	Principais Ações do Programa	54
2.3.4.1	Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	54
2.3.5	Programa 1120 – Paz no Campo	56
	Principais Ações do Programa	56
2.3.5.1	Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas ..	56
2.3.6	Programa 1336 – Brasil Quilombola	58
	Principais Ações do Programa	59
2.3.6.1	Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos	59
2.3.6.2	Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos	61
2.3.7	Programa 1350 – Educação no Campo	62
	Principais Ações do Programa	63
2.3.7.1	Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo	63
2.3.7.2	Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	64
2.3.7.3	Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	66
2.3.7.4	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	67
2.3.8	Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura	69
	Principais Ações do Programa	69
2.3.8.1	Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	69
2.3.8.2	Ação 2272 - Gestão do Programa	72

2.3.9	Programa 0750 – Apoio Administrativo	73
	Principais Ações do Programa	73
2.3.9.1	Ação 2000 - Administração da Unidade	73
2.3.9.2	Ação 2003 - Ações de Informática	76
2.4	Desempenho Operacional	77
2.4.1.	Programação Orçamentária	77
2.4.1.1	Identificação das Unidades Orçamentárias (UO)	77
2.4.1.2	Programação de Despesas Correntes	77
2.4.1.3	Programação de Despesas de Capital	77
2.4.1.4	Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência	77
2.4.1.5	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	78
2.4.2	Execução Orçamentária	80
	Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	80
2.4.2.1.	Despesas por Modalidade de Contratação	80
2.4.2.2.	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	81
2.4.2.3.	Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa	82
2.4.3.	Evolução de Gastos Gerais	83
2.4.5.	Indicadores de Desempenho	84
3.	Informações sobre a composição de Recursos Humanos	92
3.1	Composição dos Recursos Humanos	92
3.1.1	Composição do Quadro de Recursos Humanos	92
3.1.2	Composição e custos de Recursos Humanos	93
3.2	Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra	95
3.3	Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir	96
3.4	Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos	96
4.	Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	98
5.	Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	98
6.	Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício	99
7.	Previdência Complementar Patrocinada	101
8.	Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos	101
9.	Renúncias tributárias	101
10.	Operações de fundos	101
11	A. Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno	101

11B. Determinações e recomendações do TCU.....	102
12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício	103
13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV	105
14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão	105
15. Informações Contábeis da Gestão	106
16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins	107

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário			Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional do INCRA em Sergipe – SR23			
Denominação abreviada: INCRA-SE			
Código SIORG: 4145	Código LOA: 49201		Código SIAFI: 373052
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia do Poder Executivo			
Principal Atividade: Administração pública em geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(79) 4009-1507	(79) 4009-1505	(79) 4009-1542 (FAX)
Endereço eletrônico: gabinete@aju.incra.gov.br			
Página da Internet: http://www.incra.gov.br			
Endereço Postal: Av. Coelho e Campos, 1300 Bairro Getúlio Vargas - Aracaju - Sergipe CEP: 49060-000			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criação: Decreto-Lei n.º 1.110, de 09 de julho de 1970, publicado no DOU em 10 de julho de 1970; Definição de competências: Coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas as dos órgãos seccionais e específicos, bem como as relacionadas a planejamento, programação, orçamento, informática e modernização administrativa; Decreto n.º 5.735, de 27 de março de 2006, publicado no DOU em 28 de março de 2006, e Decreto n.º 5.928 de 13 de outubro de 2006, publicado no DOU em 16 de outubro de 2006.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno da autarquia, aprovado pela Portaria MDA /Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicado no D.O.U. de 09 de abril de 2009.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
1) Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária. Publicado em junho de 2006;			
2) Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial. Aprovado pela Norma de Execução INCRA/DT/N 52, de 25 de outubro de 2006;			
3) Manual Operacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental. Aprovado pela Norma de Execução INCRA/DD/N 78, de 31 de outubro de 2008.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
373052	INCRA-ARACAJU/SE		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
37201	INSTITUTO NAC. DE COLONIZAÇÃO E REF. AGRAR.		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
373052	37201		

2. Objetivos e metas institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

A principal missão do INCRA é promover a reforma agrária e o ordenamento fundiário nacional, tarefas complexas num país que, apesar da enorme extensão territorial, tem no latifúndio rural um de seus pilares, tanto no que diz respeito a sua formação histórica e econômica como de poder estrutural.

Ao buscar cumprir com sua missão, a Autarquia se defronta com essa poderosa instituição, enraizada nos diversos poderes da República e influenciando fortemente no aparato jurídico e legal, o que impõe fortes obstáculos a serem superados.

Para cumprir sua missão, necessárias são diversas atividades a serem efetivadas, dentre as quais destacamos: organizar e manter atualizado o cadastro de imóveis rurais, identificar e classificar os imóveis que não cumprem a função social, certificar o georreferenciamento dos imóveis rurais, promover a discriminação de terras devolutas da União, regularizar as ocupações das terras, promover a titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos, promover as desapropriações por interesse social e implantar os projetos de assentamento de reforma agrária, promover o aproveitamento sustentável do meio ambiente e dos recursos naturais nas áreas reformadas, garantir às famílias assentadas o acesso as diversas modalidades de crédito, serviços e infraestrutura básica, além de promover a integração de políticas públicas, incentivar a educação formal em todos os níveis e acompanhar o desenvolvimento dos projetos criados ou reconhecidos até a sua fase de consolidação.

Se voltarmos ao início dessa abordagem, quando tratamos da missão do órgão, e depois compararmos com as atividades intrínsecas a essa missão, vê-se que o INCRA atua em frentes tão distintas e em tão grande número que, de pronto, entendemos que o exercício da resiliência deve ser incorporado ao nosso cotidiano, sob pena de perdermos a perspectiva da vitória, lembrando sempre que a complexidade do implemento de diversas dessas atividades está fortemente relacionada ao enfrentamento com um dos pilares da estrutura de nossa sociedade – o latifúndio – o qual, gigante em seus domínios, se move em protesto a cada ação que o atinge, mesmo que por pouco, como um enorme dinossauro ao ser atingido por um dardo.

Objetivos estratégicos.

1. Em nossa Superintendência Regional elegemos algumas atividades como prioritárias, como objetivos a serem perseguidos, independente da pressão que sofremos todos os dias com um quantitativo enorme de demandas que nos são encaminhadas, e que atuam fortemente no sentido de dispersar a concentração naquelas ações essenciais. Garantir a meta de assentamento de famílias; ampliar a regularidade ambiental dos assentamentos; criar projetos de assentamento com melhores condições de implantação; ampliar a aplicação dos créditos de instalação, em especial aqueles atinentes a construção/reforma de casas; garantir a consolidação do programa de assistência técnica aos assentados; ampliar a implantação de infraestrutura básica nos assentamentos; melhorar o acompanhamento aos assentamentos; ampliar os trabalhos no âmbito do programa quilombolas, bem como na regularização fundiária tradicional; melhorar a análise e julgamento dos pedidos de atualização cadastral; no que diz respeito a administração objetivamos a melhoria física do prédio, a ampliação da capacidade de efetivar licitações e promover a capacitação aos servidores e medidas que atendam a reivindicações destes.

O ano de 2009 e as boas notícias.

Obtenção de terras

Em termos gerais o ano de 2009 foi um ano bom. A principal meta, a de assentamento de famílias, revisada no final do exercício para 1.400 famílias – era de 1.600 no início do ano – foi atingida: assentamos 1.404 famílias. Este número é recorde em Sergipe, cuja média de assentamento por ano é de, aproximadamente, 600 famílias. Este desempenho foi determinado em função de uma parceria com o Governo do Estado de Sergipe. Assim, nós tivemos duas frentes de atuação, uma coordenada pelo INCRA, e outra coordenada pelo Governo do Estado, este criando colônias agrícolas que, posteriormente, seriam reconhecidas pelo INCRA. No âmbito de nosso trabalho, apesar dos avanços na obtenção de terras, é preciso melhorar no sentido de identificar as potenciais propriedades que possam se enquadrar como passíveis de desapropriação e viáveis para assentamento.

Regularidade ambiental.

No que diz respeito a regularidade ambiental também houveram avanços: conseguimos cumprir a meta de protocolos acordada com o TCU e obtemos licenças importantes. Foi regularizada a instrução do convenio que objetiva o licenciamento de 32 assentamentos no Alto Sertão e licitamos a execução de serviços que visam cumprir condicionantes determinados nas licenças expedidas, investimentos na ordem de R\$ 600 mil reais para proteção de áreas de

preservação permanente. Apesar das licenças obtidas, inclusive na Bahia, é preciso avançarmos no número de licenças obtidas.

Implantação de projetos de assentamentos.

Outro avanço importante foi a elaboração de anteprojetos para os novos assentamentos criados. O objetivo desta iniciativa é estabelecer uma conformação espacial e de uso das terras, encurtar o tempo entre o assentamento das famílias e a liberação dos créditos de implantação, oferecendo melhores condições para o desenvolvimento dos e consolidação dos assentamentos. As famílias que foram contempladas com essa iniciativa se mostram bastante satisfeitas.

Cadastro Rural.

No âmbito do Cadastro Rural celebramos vários termos de cooperação com Prefeituras Municipais para implantação de Unidades Municipais de Cadastramento; foi implantado um sistema de controle dos pedidos de atualização cadastral; mantemos a parceria com o Governo do Estado com a presença de unidades de cadastramento nos Centros de Atendimento ao Cidadão. Destaque nesta atividade foi a Direção Nacional ter implantado a emissão de CCIR via internet. Neste quesito as ações poderiam ser ampliadas se tivéssemos condições legais para firmar termos de cooperação com Sindicato de Trabalhadores Rurais e agentes financeiros, visando a recepção, análise e emissão de CCIR, ao menos para imóveis de até 4 módulos fiscais.

Regularização Fundiária.

Quanto a Regularização Fundiária, ampliamos para um novo convênio atendendo a mais quatro municípios do estado; no que diz respeito a regularização quilombolas tivemos a edição de decreto presidencial para dois territórios e ainda avançamos na elaboração de quatro Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação. Os trabalhos da regularização fundiária tradicional somente não avançaram porque o órgão estadual com o qual celebramos parceria, teve dificuldades na imediata implementação das atividades inerentes ao cumprimento do objeto dos convênios.

Desenvolvimento dos assentamentos.

As atividades no âmbito do Desenvolvimento foram centradas na consolidação dos convênios que visam a promoção da assistência técnica aos assentados. Foram superadas algumas dificuldades que impediram a efetivação dos serviços no ano de 2008, e outras que atuaram negativamente no ano de 2009.

Ampliamos a execução das metas previstas para implantação de infraestrutura com a celebração de convênios com Prefeituras Municipais, bem como

mantivemos o ritmo de acompanhamento de aplicação dos créditos de construção/recuperação das unidades habitacionais.

Houve treinamento de servidores para expedição de Contratos de Concessão de Uso e incentivada a atividade de supervisão da situação ocupacional dos projetos de assentamento.

Outras ações que contribuem para o desenvolvimento dos assentamentos não conseguimos superar, tais como: o avanço do programa Terra Sol, a incorporação de famílias ao Programa de Aquisição de Alimentos, etc.

Neste frente de atuação ficamos muito prejudicados pela insuficiente quantidade de servidores para atender as demandas estabelecidas. Noutro diapasão, muitas das regras ditadas pelo próprio INCRA em seus normativos internos, principalmente aqueles que disciplinam a aplicação dos créditos de instalação, são bastante exigentes quanto ao acompanhamento por parte dos servidores, o que diminui nossa capacidade operacional. Para superar essas condições estamos propondo modificações nas instruções internas, com a apresentação de propostas que, ao tempo em que visem garantir a boa e regular aplicação dos créditos, diminua o tempo de envolvimento dos servidores em cada ação.

Educação e Cidadania.

Neste item o destaque é o PRONERA, que foi bastante atingido por decisões judiciais e dos órgãos de controle, que restringiram a sua continuidade. Neste momento temos um curso em andamento, mas há uma mobilização de caráter nacional em busca de ampliar as ações.

Atividades administrativas.

As atividades atinentes ao setor administrativo tiveram avanços no que diz respeito a capacitação de servidores, aí incluindo-se aqueles que deverão se incorporar aos procedimentos licitatórios, necessidade cada dia mais premente e importante para o bom desempenho das áreas fins. No que tange à Contabilidade, destacamos a instrução de diversos processos de Tomadas de Contas Especial. Os Serviços Gerais foram comprometidos (limpeza e manutenção) por debilidades das empresas contratadas, bem como pela ausência de outros como, por exemplo, a manutenção de equipamentos de informática e predial – neste último caso conseguimos implementar uma pequena reforma ainda no final de 2009, que está sendo concluída agora em 2010.

O avanço do Planejamento na instituição.

Destacamos os avanços conseguidos na área de Planejamento, inclusive com a promoção de atividades no âmbito do Gespública, bem como a contribuição dada pela SR nas atividades de planejamento em nível nacional.

Comunicação.

Nossa SR tem se postado bem na divulgação de notícias no portal do INCRA, ficando entre as primeiras Superintendências em número de matérias publicadas. Temos dificuldades em realizar a assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social no estado e, assim, apesar de várias matérias e entrevistas feitas, avançamos mais lentamente neste sentido.

Sala do Cidadão.

Necessário se faz a melhoria das condições físicas da Sala do Cidadão para que a mesma proporcione um melhor atendimento ao público. É indispensável também a melhoria da capacidade operacional da própria Sala, e o incremento de atividades de atendimento que visem diminuir o fluxo de pessoas para as unidades fins.

Ouvidoria Agrária Regional.

A Ouvidoria Agrária Regional avançou bastante em sua atividade, não obstante o quadro estável de conflitos no estado. Pode, com isso, dedicar mais tempo a vistoria dos acampamentos, atualizando os dados para que tenhamos o melhor aproveitamento do programa de cestas de alimentos, bem como absorver, no final do ano, as ações do PNDTR, Casas Digitais e Arca das Letras, em parceria com o MDA, o que fará que a mesma atue em acampamentos e assentamentos.

Hoje a Ouvidoria se faz presente em praticamente todas as audiências que discutem reintegrações de posse, e tem conseguido bons resultados com a sua participação, contribuindo para que tenhamos um ambiente preocupado com a prevenção de conflitos agrários.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

1. Desde o ano de 2008, adotou-se a celebração de convênios com órgãos estaduais como medida importante de ampliação de nossa capacidade operacional. Em 2009, ampliamos para convênios com Prefeituras Municipais, mas somente conseguimos realizar um; em parte pela restrição orçamentária, em parte por impedimentos cadastrais vivenciados pelas Prefeituras demandantes.

Os convênios com os órgãos estaduais demoraram muito para iniciar suas atividades; em grande parte pelas deficiências vividas pelas instituições públicas quanto a quantitativo de servidores e qualificação para as atividades em discussão, uma vez os atuais normativos em vigor exigirem uma capacitação especial.

Com os problemas vivenciados, não nos foi possível colher em 2009 frutos desses convênios celebrados, em especial o de Assistência Técnica e o de elaboração de Laudos Antropológicos de Comunidades Quilombolas, que sofreram interferências até mesmo de ações trabalhistas movidas por funcionários de órgãos do Governo de Sergipe.

Destaque, entretanto, para o convênio de Obtenção de Terras, que cumpriu suas metas e contribui até mesmo na regularidade ambiental e cadastral dos imóveis obtidos (também neste, que foi celebrado em fins de 2007, houve demora em iniciar as atividades).

É importante anotar que em praticamente todos os convênios celebrados com órgãos estaduais, a contrapartida tem sido financeira, o que tem permitido ampliar a meta física acordada.

Por outro lado, afirmamos que esses convênios foram celebrados porque o INCRA não demonstrou capacidade operacional de superar esses obstáculos, mesmo que somente agora, em 2010, começa a contabilizar ganhos com essa iniciativa.

Acreditamos que, havendo uma discussão mais ampliada com os órgãos dos governos estaduais e municipais, ajudando-os nos aspectos dos procedimentos a serem implementados, fornecendo materiais e promovendo capacitação adequada, é possível atingirmos os objetivos que pretendemos e ampliar nossa metas realizadas.

2. Ampliar a capacidade de executar licitações.

Como os convênios demoravam a dar resultados, discutimos internamente a necessidade de ampliarmos a capacidade de promovermos licitações. A partir do momento que tivéssemos boa capacidade de licitar, ficávamos mais independentes em relação aos convênios, não obstante também não contarmos com os recursos financeiros que os convênios incrementavam no orçamento do INCRA.

Mas a nossa capacidade de licitar também demonstrou debilidades. A primeira na própria capacidade de elaborar os projetos básicos e a segunda na capacidade da comissão permanente de licitação de atender a um número maior de licitações.

Mas a iniciativa rendeu frutos. Mais da metade dos recursos para infraestrutura foram executados diretamente. Os serviços ambientais de construção de cercas também o foram. Outras licitações importantes também foram realizadas. Com o treinamento e ampliação do número de pregoeiros, a tendência é avançarmos

neste aspecto, mesmo que tenhamos de contratar serviços de elaboração de projetos básicos.

3. Determinação de atividades prioritárias.

Com um sem número de atividades a cumprir, foi imprescindível estabelecer as metas prioritárias, inadiáveis de serem executadas. Aquelas que respondiam ao apelo nacional e mais reclamadas pela sociedade. Dentre estas, a principal foi a meta de assentamento de famílias. Na seqüência elegemos a promoção da regularidade ambiental dos assentamentos; a obtenção, com celeridade, das autorizações ambientais para construção das casas; ampliar fortemente a aplicação do crédito instalação; utilizar todo o recurso destinado a infraestrutura; atuar no convenio de assistência técnica colaborando para a solução dos problemas que se apresentavam nos mesmos; no âmbito do ordenamento da estrutura fundiária, decidimos por concluir os relatórios técnicos dos territórios da Serra da Guia e Luzienses, a cargo da Fundação da Universidade de Sergipe – FAPES, da celebração de um novo convênio com a EMDAGRO e da avaliação das terras dos territórios quilombolas de Mocambo e Lagoa dos Campinhos. Decidimos também priorizar as atividades de planejamento no dia a dia da Superintendência e dinamizar as atividades da Ouvidoria Agrária Regional.

4. Avanços e caminhos ainda a percorrer.

Em essência as principais metas foram atingidas. Importante dizer que a principal, a meta de assentamento, foi recorde na atuação do INCRA no estado; mesmo não atingindo o número estipulado na Programação Operacional, no início do exercício, o número conquistado foi duas vezes e meia superior a média da Superintendência. Nas demais também tivemos sucesso, mesmo que este tenha variado de intensidade de ação para ação. No caso das licenças ambientais ainda é preciso conquistarmos um número maior das mesmas. Se avançamos nos protocolos, ainda temos que avançar na conquista das licenças. Conseguimos acordar um caminho para a imediata liberação da construção das casas, agora é implementar a documentação requerida pelo órgão ambiental e atuar no sentido de erradicar este que é um dos principais passivos da SR, o da construção/reforma das unidades habitacionais dos assentados, que hoje soma mais de 20 milhões nas contas bancárias, em alguns casos há mais de dois anos.

Em geral, ao elegermos algumas atividades como essenciais e prioritárias, reunimos melhores condições de sucesso. Infelizmente, isto também leva a que tenhamos um desempenho baixo em outras, dentre estas algumas de importante significado (caso do PRONERA, do Terra Sol, do Programa Nacional da Documentação da Trabalhadora Rural).

Faz-se mister que o INCRA amplie sua capacidade operacional: mais servidores e melhores condições de trabalho (equipamentos e recursos para custeio) são imprescindíveis para uma ação ampliada e de sucesso.

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária é responsável pela execução dos Programas 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e destinação de Terras, com as ações de Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural, Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional e Regularização Fundiária de Imóveis Rurais, e 1336 – Brasil Quilombola, composto das ações Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos e Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Em relação ao primeiro, a SR trabalhou no sentido de firmar parcerias com Prefeituras Municipais e Governo Estadual visando dar continuidade ao trabalho conjunto através das Unidades Municipais de Cadastro-UMC, no caso das Prefeituras e os Centros de Atendimento ao Cidadão-CEAC, do governo estadual que funciona tanto em Aracaju, quanto nos municípios através de uma unidade móvel. Essa estratégia visa tanto beneficiar os proprietários de imóveis rurais que podem obter o serviço de cadastro de imóveis no próprio município sem necessidade de deslocamento a Aracaju. Ademais, a estrutura do INCRA não é suficiente para atender sozinho esse serviço uma vez que o seu quadro de pessoal diminui a cada dia com as aposentadorias sendo necessária a utilização de serviços terceirizados para complementar a força de trabalho. Por isso foram firmados os Pactos de Cooperação Técnica e ministrados treinamentos para os servidores que passaram a atuar nas UMCs.

Quanto ao georreferenciamento e regularização fundiária de imóveis rurais, a estratégia utilizada pela Superintendência foi firmar convênio com o Governo do Estado de Sergipe, através de empresa vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário que, através de empresas contratadas realize esses serviços em quatro municípios sergipanos, em continuidade ao que já foi e vem sendo realizado em outras regiões do estado a fim de permitir que milhares de imóveis que encontram-se na condição de posse possam ser tituladas e incluídas no Sistema Nacional de Cadastro Rural e assim possibilitar o conhecimento da situação fundiária estadual bem como permitir o acesso dos posseiros às diversas políticas dirigidas ao segmento da agricultura familiar, o que traz como benefícios o desenvolvimento para as regiões atendidas melhorando a condição social e econômicas das pessoas.

No programa Brasil Quilombola os desafios são grandes uma vez que a regularização dos territórios das comunidades quilombolas passa pelo elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, composto por várias peças, dentre elas um Laudo Antropológico que deve ter como responsável técnico um Antropólogo. Acontece que na Superintendência Regional do INCRA em Sergipe não existe esse profissional nos seus quadros e portanto a SR não tem como executar de forma direta e sozinha a confecção do RTID. Novamente a saída foi solicitar o apoio ao Governo Estadual através da Secretaria de Estado de Planejamento-SEPLAN que se dispôs a realizar o estudo antropológico ficando as outras peças a cargo dos técnicos do INCRA. Dessa forma, no exercício de 2008, a Superintendência Regional repassou através de convênio, recursos à SEPLAN/PRONESE e esta contratou a realização do estudo antropológico em seis comunidades os quais deveriam ter sido concluídos em 2009, porém devido à dificuldade em contratar a elaboração dos Laudos Antropológicos bem como a bloqueio judicial dos recursos, houve a necessidade de prorrogação do convênio devendo os mesmos serem concluídos no decorrer do presente exercício. A inexistência de Antropólogos no âmbito da SR-23 e o fato de que os Técnicos que atuam no programa Brasil Quilombola também participam de outras atividades no âmbito da SR também dificultam a execução do programa.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

A Divisão de Obtenção de Terras é responsável pelas execuções das ações : 8384 – Cadastro e seleção da famílias para o Programa de Reforma Agrária ; 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Terras de Imóveis Rurais ; 8374 – Licenciamento Ambiental de Assentamentos de Reforma Agrária ; 4460 – Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária e 2B06 – Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.

O ano de 2009 foi bastante significativo para Divisão de Obtenção de Terras, visto que fora atingido o número recorde de famílias assentadas no Estado de Sergipe nos últimos 10 anos, no total de 1.404 famílias, índice superior a média nacional estabelecida para cada Superintendência. Merece destaque neste número o Convênio firmado entre INCRA X Governo do Estado (CV 4000/2007), o que permitiu que as ações de obtenção de terras, avançassem em regiões com alto índice de demandas de terras, no qual o INCRA apresentava diversas dificuldades para implantações de projeto de assentamentos, o convênio supra assentou 741 famílias no exercício de 2009, sendo criados 14 Colônias Agrícolas. Outrossim, cabe frisar que foram criados também 14 Projetos de Assentamentos em diversos municípios do Estado, ajudando na diminuição da tensão social em diversas regiões, contribuindo de forma significativa numa melhor distribuição de terras.

Em relação à parte ambiental, consideramos o ano de 2009 como muito positivo, todos os assentamentos criados no exercício possuem licença prévia, conforme exigido pela legislação ambiental em vigor, com significativos avanços no protocolo das licenças ambientais nos PA's ainda carentes da expedição da Licença de Instalação e Operação – LIO, num total foram protocolados 43 solicitações de licenças ambientais. Para solicitação das LIO's foram licitados serviços de realização de teste percolação do solo e nível do lençol freático, teste estes exigidos pelo Órgão Estadual de Meio Ambiente – OEMA.

Outro avanço da SR foram as expedições de Licenças de Instalação –LI, tão logo, a implantação dos Projetos de Assentamento, visando dar aos assentados pelo menos as condições mínimas de bem-estar, com a execução de obras de infra-estruturas (casas, estradas, etc). Para a execução das peças técnicas necessárias a solicitação da LI, foi criado pela SR, um grupo de trabalho, com diversos profissionais (Engenheiro Agrônomo, Técnico Agrícola, Engenheiro Florestal, etc).

A ação de cadastro, seleção e homologação de famílias, fora coordenada por 01(um) Engenheiro Agrônomo, somado a 03 (três) técnicos agrícolas, o qual tiveram papel decisivo na meta de famílias assentadas pela SR, tendo sido cadastradas mais de 1.800 famílias, número este, superior ao das famílias efetivamente assentadas.

Por fim, é oportuno salientar que no último mês de 2009, foi realizado o pregão eletrônico n.0008/2009, tendo como objeto a instalação de cercas e placas de identificação de áreas de preservação permanente e reserva legal em 13 (treze) projetos de assentamento, entretanto, não foi possível efetuar o empenho total dos recursos, por ocorrer contingenciamento dos recursos orçamentários realizado pela Sede.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Inicialmente vale ressaltar que o exercício 2009 foi marcado pelas consequências da crise mundial, o que influenciou negativamente o orçamento do INCRA, de modo que houve uma redução para custear as principais ações da SR-23/D, além de que, graças ao número de famílias assentadas ter aumentado consideravelmente em nosso estado, não ser acompanhado de igual ingresso de servidores para atender o grande aumento da demanda.

As atividades de campo foram centradas na operacionalização do crédito instalação. A modalidade reforma (recuperação materiais de construção), devido ao grande passivo e por ser a principal demanda por parte dos assentados da reforma agrária, foi a que mais demandou esforços da Divisão. Houve ações para atender a IN 47, NE 70, fiscalização de obras, PRONERA e PNDTR e operacionalização do crédito instalação das demais modalidades. Os resultados obtidos foram satisfatórios.

Com relação ao orçamento de infraestrutura, priorizou-se a realização de convênios com prefeituras que possuem um grande número de assentamentos. Essa iniciativa foi recíproca, ou seja, houve grande interesse por parte das Prefeituras, e do Incra para que isso ocorresse. Vivemos um momento em que a reforma agrária começa a ser vista como parte integrante do município a que pertence o assentamento e não mais como uma ação isolada do Incra. Aproveitando esse momento que estamos priorizando esse tipo de parceria. Infelizmente foram detectados alguns problemas, principalmente com a prefeitura de Poço Redondo, que por não apresentar certidões necessárias a celebração do convênio, devolvemos praticamente metade do orçamento previsto na PO 2009. Entretanto essa é uma prática que queremos fortalecer, dado o aumento da demanda de obras de infraestrutura nos assentamentos, e o quadro funcional do INCRA ser insuficiente para a execução de forma direta.

Estamos com diversas parcerias com Governo do Estado de Sergipe, que tem demonstrado total apoio no desenvolvimento da reforma agrária, por conseguinte ao desenvolvimento dos assentamentos. Estão em vigência 02 convênios na área de assistência técnica (ates), 01 de demarcação topográfica, além de importante termo de parceria, onde o INCRA assume a construção ou reforma das unidades habitacionais e o estado responsável pela infraestrutura de calçamento, água, esgotamento, praças, etc.

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

A estratégia de atuação da Divisão de Administração do INCRA/Sergipe foi no sentido de dotar as demais unidades da Superintendência Regional de condições de suporte adequado, no sentido de que o desempenho operacional das mesmas fosse otimizado e, conseqüentemente, os objetivos e metas institucionais devidamente alcançados.

Para tanto, a política de reestruturação das condições de trabalho, iniciadas com maior ênfase a partir do ano de 2007, foram seguidas e atendidas neste exercício de 2009, em conformidade com a capacidade orçamentária-financeira que foi autorizada pelo INCRA/Sede.

A aquisição de novas ferramentas de trabalho (Notebooks, Impressoras, Máquinas Fotográficas, Livros Técnicos etc.) resultam na melhoria da qualidade das atividades dos servidores, além do próprio aspecto motivacional que este tipo de investimento proporciona no cotidiano institucional, que, por oportuno, é de fundamental importância para os servidores.

Outra estratégia adotada foi o investimento em capacitação de servidores, com enfoque articulado em capacitações que pudessem ser aplicadas, integralmente, nas atividades cotidianas da Superintendência, respeitando, obviamente, as limitações orçamentárias ocorridas no exercício de 2009.

A atual deficiência no Quadro Funcional da Divisão de Administração resultou na necessidade de que outros setores do INCRA/Sergipe fossem capacitados para o desenvolvimento de atividades, que anteriormente, eram desenvolvidas pela citada unidade administrativa. Exemplo desta medida foi a capacitação de servidores da área finalística para elaboração de Termos de Referência e Editais, cujos resultados práticos estão evidenciados na contratação de alguns serviços específicos, já ocorridos em Dezembro de 2009, tais como: contratação de construção de cercas para áreas de proteção ambiental em Projetos de Assentamento e abertura de licitação para contratação dos serviços de Articuladores de Assistência Técnica para Projetos de Assentamento.

Ressalta-se, em tempo, que a Divisão de Administração necessita, o quanto antes, de reforço de mão-de-obra no quantitativo de seus servidores, tendo em vista a dimensão de suas atribuições regimentais e extra-regimentais, o aumento anual de demandas institucionais e os princípios de controles internos que as atividades desenvolvidas exigem.

Os resultados destas estratégias foram satisfatórios, pois, mesmo com o contingenciamento de recursos ocorridos no exercício de 2009, o INCRA/Sergipe, com aqueles recursos orçamentários que lhes foram disponibilizados, procurou executá-los com a aplicação dos rigores propostos pelo princípio da Economicidade, ou seja, buscar qualidade nos investimentos com o menor custo possível.

Nesta linha de raciocínio, e buscando ampliar o leque mercadológico para uma considerável parcela das compras e aquisições que foram efetuadas, a Divisão de Administração utilizou, bastante, a modalidade de gasto denominada Adesão a Atas Registro de Preços, que possibilitou a execução de despesas em outras localidades, com preços competitivos e materiais de satisfatória qualidade, além, é claro, da otimização do tempo dispensado ao processo de aquisição, que, nesta modalidade, é bastante ágil.

Como exemplo, citamos a aquisição de Pneus para as viaturas oficiais do INCRA/Sergipe, onde, no mercado comercial local, cada unidade do citado material custaria, em média, o valor de R\$ 520,00 (Quinhentos e vinte reais), sendo que, em adesão à Ata de Registro de Preços da Superintendência da Polícia Federal de São Paulo, o mesmo material teve o custo unitário de R\$ 324,00 (Trezentos e vinte e quatro reais), representando uma economia de 62,30 % por unidade.

Obviamente que a utilização da modalidade de gasto acima elencada é praticada com o seguimento de rigoroso cumprimento dos preceitos legais respectivos, especialmente no que concerne à pesquisa prévia de preços e consulta, junto aos órgãos gerenciadores, da qualidade dos materiais a serem adquiridos.

Outro ponto que merece ser destacado quanto à atuação da Divisão de Administração foi a instauração e instrução processual de 10 (dez) processos de Tomada de Contas Especial no exercício de 2009, relativos a convênios celebrados pelo INCRA/Sergipe. Os trabalhos afetos a tais processos foram desenvolvidos através da Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial da Superintendência, composta por 04 (quatro) servidores da Divisão de Administração, sendo que tais trabalhos, na atual estrutura hierárquica do INCRA, estão vinculados e sob a responsabilidade da citada unidade administrativa.

Mesmo com as deficiências de mão-de-obra citadas anteriormente, e as dificuldades no cumprimento qualitativo e quantitativo de todas as atribuições regimentais, pode-se interpretar que a Divisão de Administração do INCRA/Sergipe desempenhou de forma satisfatória suas estratégias e diretrizes de atuação.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso à terra.

Gerente do programa: Celso Lisboa de Lacerda.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Leonardo Góes Silva

Indicadores ou parâmetros utilizados: Área em hectares vistoriada – Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária - Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária;

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo¹

¹ Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP.

Coordenador nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família Assentada (un.)	1600	1404	0	87,75%

Fonte: LOA 2009, PPA 2008 – 2011, SIAFI e Caderno de Metas 2009 e 2010 (INCRA)

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
64.000,00	82.503,13	81.979,17	99,36%	80.272,23	97,29%	80.272,23	97,29%

Fonte: SIAFI

A ação de Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiadas do Programa de

Reforma Agrária, tem por objetivo principal identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais, bem atualizar o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária – SIPRA. Tal ação executou R\$ 80.272,23 no ano de 2009.

Para a referida ação - coordenada por 01 (um) Engenheiro Agrônomo com a participação de 03 (três) Técnicos Agrícolas - a meta física realizada leva em conta somente as famílias efetivamente homologadas, entretanto, os custos envolvidos referem-se ao cadastramento das famílias candidatas à homologação, cujo número (1815 famílias cadastradas) é bastante superior ao de famílias homologadas (1404 famílias), sendo assim, nessa ação consideramos que a Divisão atingiu acima dos 100% da meta prevista, embora oficialmente represente apenas 87,75% da meta.

Foram criados em 2009, 28 projetos para o assentamento das 1404 famílias mencionadas. Esse número é histórico para a Reforma Agrária em Sergipe, por ser o mais elevado dos últimos 10 anos. A meta atingida pelo INCRA-SE é superior à dos estados de Roraima, Rio Grande do Norte, Amapá, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Sul, Acre, Rondônia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso.

2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear

desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Roberto Ramos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	63	A	3	Área Vistoriada (ha)	59.000,00	24.094,14	0	40,84%

Fonte: LOA 2009, PPA 2008 – 2011, SIAFI e Caderno de Metas 2009 e 2010 (INCRA)

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
213.000,00	256.216,48	255.826,48	99,84%	218.674,90	85,34%	218.674,90	85,34%

Fonte: SIAFI

Os objetivos principais desta ação são a promoção, identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção. Boa parte dos recursos destinados a esta ação são para o desenvolvimento de atividades de campo (para a efetivação das vistorias propriamente ditas), porém, ações como Imissão na Posse, bem como para Perícias Judiciais, fazem parte das possibilidades de alocação de recursos através desta ação.

Em 2009 o principal resultado atingido foi a imissão na posse de mais 60 propriedades rurais, resultando na criação de 14 Projetos de Assentamento e reconhecimento de 14 Colônias Agrícolas Estaduais, através da incorporação de áreas obtidas através do convênio para obtenção de terras vigente entre INCRA e o Governo do Estado de Sergipe – CV 4000/2007.

O estado de Sergipe apresenta sua malha fundiária com número diminuto de imóveis considerados como grandes propriedades, aqueles acima de 15 módulos fiscais, e com sua grande maioria sendo considerada imóveis produtivos, o que dificulta o

cumprimento da meta prevista de área vistoriada, apesar do esforço desempenhado por esta Divisão. Além disso, os custos envolvidos em trabalhos de campo em pequenas áreas não são proporcionalmente reduzidos em função da mesma, visto que grande parte do custo se refere às ações preparatórias (busca de certidões juntos aos CRI, notificações a proprietários) deslocamentos e levantamentos topográficos, que independem da dimensão do imóvel. Noutro ponto, os trabalhos de avaliação de imóveis, principalmente na fase de levantamento de dados de mercado, que são realizados na microrregião de influência do imóvel, também é uma atividade desvinculada da dimensão do mesmo, sendo assim, apesar do número considerável de imóveis vistoriados e do custo envolvido, obtém-se um indicador físico aquém do esperado. Tem-se buscado alternativas para o avanço nesta ação, utilizando-se a modalidade compra e venda, através do Decreto 433/92. Fora realizado também neste exercício um grande número de pré-vistorias de imóveis, afim de filtrar os imóveis passíveis de desapropriação e evitar gastos desnecessários com vistorias completas em imóveis sem potencial de aquisição/desapropriação, em contrapartida esta atividade onerou os recursos da ação sem contudo ser possível a sua contabilização física.

Não obstante os motivos apresentados acima, outra justificativa para o aumento nos custos dessa ação se deveram ao reajuste dos valores de indenização de diárias de campo a partir no mês de julho, em alguns casos em mais de 100%, sendo essa unidade de custo predominante nessa ação, causando com isso maior descompasso na execução físico-financeira.

2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a

regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Licença Ambiental Procolocada (un.)	42	43	0	102,38%

Fonte: LOA 2009, PPA 2008 – 2011, SIAFI e Caderno de Metas 2009 e 2010 (INCRA)

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
249.638,00	282.259,46	281.803,11	99,83%	132.813,98	47,05%	132.813,98	47,05%

Fonte: SIAFI

A Superintendência Regional avançou no licenciamento ambiental dos Projetos de Assentamentos rurais de Sergipe, tendo 04 Licenças de Instalação e Operação (LIO) emitidas, assim como atuação importante no Estado da Bahia, obtendo os dois primeiros Termo de Compromisso de Responsabilidade Ambiental – TCRA, termo similar a LIO. A Superintendência tem atuado junto ao Órgão Ambiental de Meio Ambiente- OEMA de Sergipe, no sentido da simplificação da Licença de Instalação-LI, tão logo a implantação do projeto de assentamento, visando dar aos assentados as condições mínimas de bem-estar, como a execução de obras de infra-estrutura, a exemplo de construções de casas, estradas, etc, no qual, até o momento têm-se obtido êxito. A execução física da ação foi satisfatória, entretanto, na execução financeira,

parte dos recursos não puderam ser executados devido a insuficiência de pessoal para elaboração de termos de referência para contratação de estudos e consultorias pela modalidade de licitação.

Em 2009 foram contratados através de licitação os serviços de realização de testes de percolação do solo e nível do lençol freático, necessários ao pedido de Licença de Instalação e Operação.

Apesar desta ação aparentemente fazer parte das áreas de desenvolvimento (Programa 137), parte da mesma ocorre no processo de licenciamento ambiental das áreas a serem obtidas para fins de Reforma Agrária, tendo em vista a legislação ambiental atual, que determina que os assentamentos de Reforma Agrária obrigatoriamente tenham que ter Licença Prévia – LP para serem constituídos.

2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Roberto Ramos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Área obtida (ha)	9.621,00	23.922,2640	0	149%

Fonte: LOA 2009, PPA 2008 – 2011, SIAFI e Caderno de Metas 2009 e 2010 (INCRA)

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
22.713.482	23.740.203,79	23.740.203,79	100%	20.091.599,96	84,63%	20.091.599,96	84,63%

Fonte: SIAFI

A Obtenção de Terras é umas das principais ações desenvolvidas através do Programa 135 e tem por objetivo fundamental a obtenção de áreas rurais por meio de desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamentos de trabalhadores rurais. Neste sentido, os recursos desta ação são destinados à obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária (TDA) e das benfeitorias em moeda corrente.

A SR-23 obteve avanços consideráveis nesta ação, tanto pelas desapropriações por interesse social, que totalizaram 11 propriedades, como pela modalidade compra e venda, na qual foram adquiridas 02 imóveis em regiões de alta tensão social. Contamos também com o Convênio para Obtenção de Terras, pactuado no ano de 2007 entre INCRA e o Governo do Estado – CV 4000/2007 e ainda em vigor, o que proporcionou o reconhecimento de 14 novos projetos e o assentamento de 741 famílias oriundos desse convênio, totalizando 1404 famílias, número recorde na história da Superintendência Regional de Sergipe e da Reforma Agrária no estado.

Como já descrito na ação 8387, a respeito da malha fundiária do estado de Sergipe, torna-se penosa a tarefa de desapropriar e/ou obter grandes propriedades, apesar que neste exercício fora atingido índices consideráveis. A Divisão tem buscado outras alternativas para a solução deste problema, como por exemplo a ação mais intensa nos municípios da Bahia localizados no entorno do Estado de Sergipe, regiões onde predominam imóveis de maior dimensão.

No mês de Dezembro houve a descentralização orçamentária de R\$ 3.648.603,83 (três milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, seiscentos e três reais e oitenta e três centavos) visando novo repasse de recursos ao convênio CV 4000/2007, previsto no terceiro termo aditivo ao mesmo, com fito a obtenção de 02 novos imóveis, entretanto, apesar dos recursos serem empenhados em tempo hábil, não houve a descentralização

financeira necessária à liquidação dos valores ficando os mesmos na rubrica "restos a pagar", causando com isso prejuízo ao desempenho orçamentário dessa ação, que atingiria 100% de execução caso não houvesse esse contingenciamento. Em 2009 foram contratados através de licitação os serviços de realização de testes de percolação do solo e nível do lençol freático, necessários ao pedido de Licença de Instalação e Operação.

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2009, PPA 2008 – 2011, SIAFI e Caderno de Metas 2009 e 2010 (INCRA)

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
520,00	13.499,13	11.450,25	84,82%	6.793,05	50,32%	6.793,05	50,32%

Fonte: SIAFI

O total liquidado nesta ação foi utilizado como um suporte para as demais atividades da Divisão, de acordo com a seguinte distribuição: 36% em diárias, 53% em material de consumo (combustíveis e reposição de peças das viaturas) e 11% em serviços de terceiros – pessoa jurídica (manutenção das viaturas).

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Gerente do programa: César José de Oliveira.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Douglas Souza de Jesus

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:

Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento

Público-alvo (beneficiários): Famílias assentadas.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo²

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento

² Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família atendida (un.)	416	1033	415	148%

Fonte: LOA 2009, PPA 2008 – 2011, SIAFI e Caderno de Metas 2009 e 2010 (INCRA)

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
R\$ 2.286.589	2.308.659,57	2.308.659,57	100%	1.105.135,42	47,86%	984.349,32	42,63%

Fonte: SIAFI

Esta ação visa prover ou recuperar os projetos de assentamento rural com infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável aos beneficiários da reforma agrária. Os recursos destinados a esta ação, compreendendo obras de infra-estrutura, são considerados básicos ao processo de estruturação e viabilização dos projetos de assentamento, na sua múltipla dimensão.

A ausência de execução física verificada com recursos exclusivamente do exercício de 2009 ressalta o fato de que boa parte das obras e serviços relativos a 2009 terem sido

contratados, em sua grande maioria, ao final do segundo semestre e estarem neste momento em plena fase de execução, devendo ser concluídas em 2010. O mesmo verificamos em relação às famílias beneficiadas com esta ação com recursos de restos a pagar de exercícios anteriores (1.033 famílias). São obras que foram iniciadas em 2008 e que somente neste ano foram concluídas e contabilizadas.

O montante de R\$ 2.286.589,00 inicialmente previsto foi ultrapassado, sendo empenhado 2.308.659,57 e liquidado 47,86 % desde valor. Esses recursos serão destinados para a realização de obras que atenderão 415 famílias assentadas em nosso estado. Os valores liquidados em 2009 fazem referência a pagamentos de etapas das obras, não sendo possível portanto contabilizar as famílias como meta atingida.

Realizamos via contratação direta serviços de estradas/ponte e abastecimento de água, totalizando R\$ 1.234.426,84, beneficiando o total de 304 famílias, sendo R\$ 914.327,25 em obras de estradas/ponte, beneficiando 216 famílias, e R\$ 320.099,59 em obra de suprimento de água, beneficiando 88 famílias. Todas essas obras foram iniciadas no ano de 2009 com prazo de conclusão para início de 2010.

Realizamos via convênio com a prefeitura municipal de Gararu o empenho de R\$ 226.277,71 para atender 111 famílias com obras de passagem molhada, estando o convênio em andamento. Restou frustrada a tentativa de conveniar com a prefeitura de Poço Redondo no valor de R\$ 1.500.000,00 para atender 520 famílias assentadas naquele município com obras de melhoramento/construção de estradas. O motivo da não celebração do convênio foi a falta de certidões negativas necessárias para a celebração do convênio já no fim do exercício, não sendo possível remanejar para outra demanda . Essa foi o principal causa por não termos atingido a meta estipulada em relação a valores, sendo que a meta por família foi atingida.

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	4	Família atendida (un.)	1.092	0	0	0%

Fonte: LOA 2009, PPA 2008 – 2011, SIAFI e Caderno de Metas 2009 e 2010 (INCRA)

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
R\$ 571.086	450.000,00	0	0%	0	0%	0	0%

Fonte: SIAFI

A ação de Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento, também integrante do Programa 137, tem por objetivo prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável, mediante realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais, bem como a identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Não houve utilização deste recurso no exercício 2009. Existe convênio (SIAFI 701539) firmado com o Governo do Estado de Sergipe através da secretaria de planejamento (SEPLAN) no exercício 2008, no valor de R\$ 879.720,00, porém não houve repasse financeiro no exercício de 2009.

2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Barguil

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	691	A	4	Família beneficiada (un.)	0	0	0	-

Fonte: LOA 2009, PPA 2008 – 2011, SIAFI e Caderno de Metas 2009 e 2010 (INCRA)

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	0	0	-	0	-	0	-

Fonte: SIAFI

Tal ação tem por objetivo fundamental viabilizar o incremento de renda dos projetos de assentamento rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiências e potencialidades locais.

Não houve repasse no exercício de 2009, devido à ausência de demandas de projetos pelas associações e/ou representações de assentamentos à Asseguradora do Programa. Este recurso ficou centralizado no INCRA Sede, não sendo solicitada a descentralização. Existe em andamento projeto de construção de cinco “casas de farinha”, conveniado no exercício 2008, que previa repasse no exercício 2009, mas por falta de licença ambiental ainda não foi repassado.

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Barguil

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	4	Documento de titulação expedido (un.)	0	866	0	-

Fonte: LOA 2009, PPA 2008 – 2011, SIAFI e Caderno de Metas 2009 e 2010 (INCRA)

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0,00	61.418,20	61.418,20	100%	60.000,00	97,69%	60.000,00	97,69%

Fonte: SIAFI

A ação de Titulação, Concessão de Uso e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento, tem por objetivo transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas. Tal ação se dá mediante a concessão de documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; e realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

A execução verificada nesta ação foi de R\$ 60.000,00, com a concessão de 866 títulos, sendo que destes, 100% (866) foram de títulos de concessão de uso. Os recursos foram utilizados para subsidiar o trabalho de campo (diárias, combustível e manutenção de viaturas) para atualizar as informações dos processos individuais de cada Assentado junto ao SIPRA.

2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infraestrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Auora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curitiba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Barguil

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	P	4	Projeto consolidado (un.)	0	0	0	-

Fonte: LOA 2009, PPA 2008 – 2011, SIAFI e Caderno de Metas 2009 e 2010 (INCRA)

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	146.483,95	146.483,95	100%	1.664,53	1,13%	1.664,53	1,13%

Fonte: SIAFI

Os recursos foram empenhados para promover a ação de consolidação do PA Jacaré Curitiba, localizado no município de Poço Redondo (SE). O INCRA-Sede disponibilizou o montante de R\$300.000,00 para licitar contratação de consultores para elaboração do plano de Consolidação do Assentamento. O certame foi realizado na modalidade pregão, sendo que o valor contratado foi de R\$ 137.983,95, inferior ao previsto, respeitando o princípio da economicidade na utilização do recurso público. A previsão de entrega do Plano de consolidação é abril de 2010.

Os recursos liquidados (R\$ 1.664,53) foram utilizados para custeio de diárias e passagens aéreas para os técnicos do INCRA-SE envolvidos na elaboração do edital da referida licitação.

2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à

recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Sturm.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	4	Unidade familiar de produção atendida (un.)	901	0	406	0%

Fonte: LOA 2009, PPA 2008 – 2011, SIAFI e Caderno de Metas 2009 e 2010 (INCRA)

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
901.380,00	445.582,25	445.582,25	100%	395.182,25	88,68%	395.182,25	88,68%

Fonte: SIAFI

Para além da ação de licenciamento ambiental (inserida no Programa 135), a recuperação de áreas degradadas e o manejo sustentável dos recursos naturais estão contemplados na Reforma Agrária por meio da ação Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, ação esta voltada para a recuperação e proteção do meio ambiente.

Em 30/12/2009 foi realizado o pregão eletrônico n. 0008/2009, no valor de R\$ 493.899,80, tendo como objeto a instalação de cercas e placas de identificação em áreas de preservação em 13 projetos de assentamento (406 famílias), entretanto, não foi possível efetuar o empenho total dos recursos, pois houve contingenciamento dos recursos orçamentários realizado pela Sede, causando prejuízo na execução físico/financeira da ação no exercício.

No exercício de 2009 houve repasse de recursos através de Convênio celebrados entre o INCRA e o Instituto Bioterra, CV 7000/2008 e CV 11000/2008, totalizando R\$ 260.388,40, entretanto a contabilização da meta física (441 famílias) só poderá ser computada ao final da vigência dos mesmos, que está prevista para o exercício de 2010.

Esse método de cômputo de meta física distorce os resultados, pois, apesar de haver repasse de recursos no exercício, a contabilização dos mesmos não é possível, causando distorção na análise dos resultados

2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	OP	3	Família atendida (un.)	970	2206	506	127,42%

Fonte: LOA 2009, PPA 2008 – 2011, SIAFI e Caderno de Metas 2009 e 2010 (INCRA)

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
10.962.800	11.134.700,00	11.134.700,00	100%	9.257.500,00	83,14%	9.257.500,00	83,14%

Fonte: SIAFI

Existem diversas etapas para a implantação dos assentamentos, as quais são necessárias para a estruturação dos mesmos, criando condições necessárias para a instalação e o desenvolvimento dos beneficiários da reforma agrária. Destaca-se como fundamental neste processo, a ação de Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas, que atualmente contempla 9 (nove) modalidades: “Apoio Inicial” (R\$ 3.200,00); “Aquisição de Material de Construção” (R\$ 15.000,00); “Recuperação Material Construção” (até 8.000,00); “Fomento” (R\$ 3.200,00); “Adicional de Fomento” (R\$ 3.200,00); “Adicional do Semi-Árido” (até R\$ 2.000,00); “Reabilitação de Crédito de Produção” (R\$ 6.000,00); além da criação em 2009, da modalidade “Crédito Ambiental” (R\$ 2.000,00), além do “Crédito Mulher” (R\$ até 2.400,00). Ressalta-se que o valor destinado à construção de moradias passou de R\$ 10.000,00 para R\$ 15.000,00.

Em Sergipe esta ação beneficiou 2.206 famílias, sendo que foi liquidado e pago 83,14% do valor total disponibilizado. O total disponibilizado só não foi totalmente liquidado, pois grande parte dos Assentamentos com previsão para receber os créditos foram criados já no final do exercício 2009, o que inviabilizou a realização de todos os procedimentos legais para transferência dos recursos para as contas dos Projetos de Assentamentos em tempo hábil.

Uma das modalidades do crédito instalação tem por objetivo aportar recursos para a construção e reforma de casas. Com os recursos do crédito para a construção e reforma

de casas, somente no ano de 2009 foram efetivamente construídas ou reformadas, o total de 1.158 casas em Projetos de Assentamento localizados em Sergipe. Ou seja, através do INCRA, podemos afirmar que, somente em 2009, mais de mil famílias foram beneficiadas mediante ação direta do ICNRA e estão vivendo atualmente em residências dignas, contribuindo diretamente para a construção da cidadania destas famílias.

Outra ação específica referente ao crédito instalação é a modalidade “Crédito Semi-árido”. Tal modalidade, que abrange toda a região semi-árida do nordeste brasileiro, tem por objetivo principal proporcionar segurança hídrica às famílias beneficiárias da Reforma Agrária. No ano de 2009, foram atendidas cerca de 670 famílias com essa modalidade de crédito em Sergipe, sendo que cada família pode receber R\$ 2.000,00, o que totaliza um montante de R\$ 1.340.000 em 2009.

2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2009, PPA 2008 – 2011, SIAFI e Caderno de Metas 2009 e 2010 (INCRA)

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
R\$ 78.629	204.205,88	200.296,18	98,08%	177.035,25	86,69%	177.035,25	86,69%

Fonte: SIAFI

Os recursos desta ação foram utilizados para suprir praticamente todas as ações da Divisão de Desenvolvimento que são elas: Aplicação do crédito instalação, ações referentes a NE 70 (que trata das inconsistências dos titulares de lotes da Reforma Agrária, sendo necessárias notificações em campo), IN 47 (que trata da fiscalização da situação ocupacional nos lotes da Reforma Agrária), acompanhamento e fiscalização das obras de infraestrutura e acompanhamento na gestão dos assentamentos.

O motivo para ultrapassarmos em 100% a previsão estabelecida é que houve um aumento de mais de 100% no valor pago a diárias pelo poder executivo, o que fez com que aumentasse a necessidade de recursos para atender as ações em campo.

Esses valores são utilizados em média 60% para pagamento de diárias, 20% manutenção de veículos e 20% combustível.

2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Gerente do programa: Richard Martins Torsiano.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Carlos Antônio de Siqueira Fontenele.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até quatro módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de Ocupação Territorial Aparente; Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até quatro módulos fiscais.

Público-alvo (beneficiários): Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrares de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo³

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados

³ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastro - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	125	A	4	Imóvel gerenciado (un.)	1.820	4.499	0	247,20%

Fonte: LOA 2009, PPA 2008 – 2011, SIAFI e Caderno de Metas 2009 e 2010 (INCRA)

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
16.384,00	60.044,81	59.737,40	99,48%	59.037,50	98,32%	59.037,50	98,32%

Fonte: SIAFI

A meta física estabelecida de gerenciar 1820 imóveis rurais foi ultrapassada em 147,20 % enquanto a meta financeira aumentou em 260,36%. Os recursos foram utilizados para pagamento de diárias de servidores(52,87%) que participaram do treinamento dos responsáveis pelas Unidades Municipais de Cadastramento(UMC) (Anexo 1) e na mobilização das Prefeituras Municipais visando a assinatura dos Pactos de Cooperação Técnica(PCT), aquisição de peças e combustível para viaturas utilizadas nos serviços de campo(15,14%), pagamento de passagens aéreas (14,46%) e serviços de manutenção de viaturas (17,53 %).

A meta física foi ultrapassada devido ao aumento na procura de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais pelos proprietários de imóveis rurais com o objetivo de contrair empréstimos bancários e para tanto tiveram que atualizar o cadastro do imóvel. As parcerias realizadas com o Governo do Estado e Prefeituras Municipais de Itabaianinha, Propriá, Carira, Arauá, Riachuelo, Porto da Folha, Itabaiana, Macambira, Monte Alegre, Nossa Senhora Aparecida, Poço Verde, Poço Redondo São Miguel do Aleixo Umbaúba e Barra dos Coqueiros na celebração de PCTs também contribuíram uma vez que tornaram mais acessível esse serviço pois as atualizações cadastrais podem ser feitas nos municípios que assinaram o Termo sem necessidade de deslocamento à Aracaju, ou mesmo na Central de Atendimento ao Cidadão (CEAC) e CEAC móvel, programas do governo estadual que funcionam respectivamente, na Rodoviária José Rolemborg Leite, em Aracaju, e nos municípios em Unidade Móvel.

Com o aumento na meta física também houve o conseqüente aumento na meta financeira, sendo que o percentual de aumento desta superou o percentual da meta física devido ao aumento no valor das diárias pagas aos servidores. Além das Prefeituras que assinaram o PCT, as de Aquidabã, Boquim, Capela, Feira Nova, Frei Paulo, General Maynard, Itaporanga D'Ájuda, Japoatã, Lagarto, Muribeca, Malhador, Nossa Senhora das Dores, Pedra Mole, Pacatuba, Pinhão, Ribeirópolis, Riachão do Dantas, Simão Dias, São Domingos, Santana do São Francisco, Santo Amaro das

Brotas, Santa Rosa de Lima, Telha, Tomar do Geru e Tobias Barreto foram objeto de visitas de contato, esclarecimento sobre o objetivo do Pacto e coleta de documentação. Os Pactos dessas prefeituras serão assinados em 2010.. A meta desta ação poderia ter sido maior ainda se houvesse disponibilidade de mais servidores que pudessem realizar mutirões de cadastramento naqueles municípios onde ainda não foi firmado o Pacto de Cooperação Técnica ou naqueles onde é grande a demanda por esse serviço.

2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Modernizar banco de dados informatizado, objetivando manter atualizadas as informações sobre 5.000.000 de imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, e disponibiliza-lo via internet ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando a construção de um cadastro único, de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.

Descrição: Manutenção e atualização do banco de dados responsável pela captação e pelo armazenamento das informações cadastrais literais e gráficas dos imóveis rurais e seus detentores.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	126	A	4	Sistema de Cadastro Rural mantido	0	-	-	-

Fonte: LOA 2009, PPA 2008 – 2011, SIAFI e Caderno de Metas 2009 e 2010 (INCRA)

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	0	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Essa ação não se aplica no âmbito da SR-23/SE.

2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Marcelo Cunha.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	4	Área medida e georreferenciada (ha)	0	0	150.000	-

Fonte: LOA 2009, PPA 2008 – 2011, SIAFI e Caderno de Metas 2009 e 2010 (INCRA)

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0,00	2.700.000,00	2.700.000,00	100%	0	0%	0	0%

Fonte: SIAFI

Por decisão da Diretoria do INCRA, os recursos desta ação foram centralizados na Sede em Brasília e liberados a partir da demanda da Superintendência Regional após entendimentos com o órgão de terras do estado, por existir em Sergipe grande contingente de posseiros não detentores de títulos de propriedades que ficam impossibilitados de acessar as políticas públicas e que, para obter esse importante instrumento, faz-se necessária a intervenção do Estado a fim de viabilizar o georreferenciamento dos imóveis, condição necessária à expedição do Título de Propriedade.

Neste sentido, foi firmado um convênio (724758/2009) com a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO), órgão vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, cujo objeto consiste na Aplicação de um Cadastro Georreferenciado de Imóveis Rurais de Uso Múltiplo e execução de um Programa Localizado de Regularização Fundiária, em aproximadamente 9.000(nove mil) imóveis rurais (ir), correspondendo a uma área aproximada de 150.000(cento e cinquenta mil) hectares, assim divididos: 93.000(noventa e três mil) hectares em 2.900(dois mil e novecentos) ir, 21.000(vinte e um mil) hectares em 1.500(mil e quinhentos) ir, 22.000(vinte e dois mil) hectares em 2.000(dois mil) ir, referentes aos municípios de: Porto da Folha, Umbaúba, Arauá e Campo do Brito, respectivamente.

Não houve execução de meta física pelo fato do convênio ter sido assinado no final do exercício de 2009 e os recursos empenhados, R\$ 2.700.000,00, foram inscritos em restos a pagar, não havendo assim repasse de recursos financeiros. O restante dos recursos de responsabilidade do INCRA, R\$ 960.000,00(novecentos e sessenta mil reais) serão repassados em 2010.

Em 2009 foram protocolados 02 (dois) processos com vistas à Certificação, referentes aos imóveis Moreira e Janaina, ambos no município de Lagarto, sendo que o primeiro foi certificado enquanto o segundo encontra-se em análise. Os 06 (seis) imóveis certificados no exercício são oriundos de processos protocolados em 2008. A não certificação de imóveis com processos protocolados no INCRA deve-se ao fato de que o Comitê Estadual de Certificação ter identificado impropriedades nas peças técnicas e devolvido as mesmas para correção, as quais não retornaram ainda ao INCRA-SE. A baixa procura por licenciamento de imóveis rurais deve-se ao pequeno número de imóveis com área superior a quinhentos hectares.

2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	Área regularizada (ha)	0	0	0	-

Fonte: LOA 2009, PPA 2008 – 2011, SIAFI e Caderno de Metas 2009 e 2010 (INCRA)

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0,00	322.531,96	322.531,96	100%	7.531,96	2,33%	7.531,96	2,33%

Fonte: SIAFI

A exemplo da ação 4426, por decisão da Diretoria do INCRA, os recursos desta ação foram centralizados na Sede e liberados a partir da demanda da Superintendência Regional após entendimentos com o órgão de terras do estado, por existir em Sergipe grande contingente de posseiros não detentores de títulos de propriedades que ficam impossibilitados de acessar as políticas públicas e que para obter esse importante instrumento faz-se necessária a intervenção do Estado a fim de viabilizar o georreferenciamento dos imóveis necessário à expedição do Título de Propriedade..

Dessa forma, foi firmado um convênio (724758/2009) com a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe(EMDAGRO), órgão vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, cujo objeto consiste na Aplicação de um Cadastro Georreferenciado de Imóveis Rurais de Uso Múltiplo e execução de um Programa Localizado de Regularização Fundiária, em aproximadamente 9.000(nove mil) imóveis rurais (ir), correspondendo a uma área aproximada de 150.000(cento e cinquenta mil) hectares, assim divididos: 93.000(noventa e três mil) hectares em 2.900(dois mil e novecentos) ir, 21.000(vinte e um mil) hectares em 1.500(mil e quinhentos) ir, 22.000(vinte e dois mil) hectares em 2.000(dois mil) ir, referentes aos municípios de: Porto da Folha, Umbaúba, Arauá e Campo do Brito, respectivamente, sendo que desses cerca de 4.500 serão objeto de regularização através da expedição de Títulos de Propriedade.

Não houve execução de meta física pelo fato do convênio ter sido assinado no final do exercício de 2009 e os recursos empenhados, R\$ 300.000,00(Trezentos mil reais), foram inscritos em restos a pagar não havendo assim repasse de recursos financeiros. Cerca de 6,98% dos recursos foram utilizados para pagamento de diárias de servidores e manutenção de viaturas utilizadas no acompanhamento de convênio assinado em 2008(8000/2008) bem como na expedição de 1061 títulos objeto do convênio 6000/2003.

2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	4	Área com processo impetrado (ha)	0	0	0	-

Fonte: LOA 2009, PPA 2008 – 2011, SIAFI e Caderno de Metas 2009 e 2010 (INCRA)

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0,00	0,00	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Essa ação não se aplica no âmbito da SR-23/SE.

2.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marrek Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	4	Área diagnosticada detectada (ha)	0	0	0	-

Fonte: LOA 2009, PPA 2008 – 2011, SIAFI e Caderno de Metas 2009 e 2010 (INCRA)

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0,00	0,00	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Essa ação não se aplica no âmbito da SR-23/SE.

2.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2009, PPA 2008 – 2011, SIAFI e Caderno de Metas 2009 e 2010 (INCRA)

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
19.337,42	19.337,42	19.337,42	100%	17.873,42	92,42%	17.873,42	92,42%

Fonte: SIAFI

O total liquidado nesta ação foi utilizado como um suporte para as demais atividades da Divisão, de acordo com a seguinte distribuição: 17% em diárias, 46% material permanente.

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Gerente do programa: Daniel Maia.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Carlos Augusto de Almeida

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: não tem.

Público-alvo: Servidores.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁴

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ronaldo Alves de Souza.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

⁴ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	128	A	4	Servidor capacitado (un.)	44	59	0	134,09%

Fonte: LOA 2009, PPA 2008 – 2011, SIAFI e Caderno de Metas 2009 e 2010 (INCRA)

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
11.094,00	77.738,89	77.738,89	100%	76.598,89	98,53%	76.598,89	98,53%

Fonte: SIAFI

As ações de capacitação de servidores públicos desenvolvidas no âmbito da Superintendência Regional de Sergipe (UG 373052) objetivam atender as diretrizes contidas no Plano Nacional de Capacitação dos Servidores do INCRA, sendo este o macro instrumento de capacitação institucional elaborado pela Coordenação Geral de Pessoas da Diretoria de Gestão Administrativa da Autarquia, que visa atender todas as unidades do órgão.

As capacitações realizadas pelo INCRA/Sergipe foram custeadas com recursos previstos na Programação Operacional de 2009, e não contemplaram outras fontes de financiamento diferentes das dotações disponibilizadas pelo INCRA/Sede.

O INCRA/Sergipe, conforme dados contidos nos demonstrativos acima, logrou o atingimento de 134,09 % de sua meta física, sendo possível o alcance de objetivos acima da totalidade da meta. Este quantitativo poderia ter sido ainda maior, porém, o processo administrativo de capacitação dos servidores lotados do Setor de Infraestrutura da Superintendência, não retornaram tempestivamente para contratação da entidade promotora da capacitação.

Os eventos de capacitação que foram realizados em 2009 puderam contribuir para a melhoria na qualidade dos trabalhos dos técnicos da Superintendência, otimizando, assim, o desenvolvimento das atribuições funcionais respectivas.

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Gerente do programa: Gercino José da S. Filho.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Paulo de Oliveira Chagas

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Assassínatos decorrentes de conflitos agrários.

Público-alvo (beneficiários): Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁵

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a

⁵ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	4	Família acampada assistida (un.)	283	10.260	0	3525%

Fonte: LOA 2009, PPA 2008 – 2011, SIAFI e Caderno de Metas 2009 e 2010 (INCRA)

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
31.656,00	181.213,51	179.158,97	98,86%	128.721,71	71,03%	128.721,71	71,03%

Fonte: SIAFI

No exercício de 2009, os recursos liquidados foram utilizados nas atividades a seguir discriminados:

- a) Distribuição de Cestas de Alimentos.

Parte significativa dos recursos aplicados foi utilizada para o atendimento em torno de 10.260 famílias de trabalhadores rurais sem terra, em situação de insegurança alimentar e nutricional acampadas na área de jurisdição desta Regional, com 53.470 mil cestas de alimentos distribuídas em 05 etapas distintas. As cestas eram constituídas de 05 itens perfazendo um total de 22 kg/cesta. Destaque-se que a aquisição das cestas é fruto de um convênio celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Desenvolvimento Agrário e a CONAB, cabendo ao INCRA as atribuições da logística para a distribuição das mesmas.

b) Monitoramento e Fiscalização das Famílias Acampadas.

Esta atividade constituía-se basicamente em verificar in loco a ralação nominal das famílias acampadas. Na oportunidade, era abordado temas relacionados com a política de reforma agrária no estado. Foram realizadas 105 visitas nos diversos acampamentos instalados, inclusive aqueles do estado da Bahia que integram a jurisdição da Superintendência de Sergipe.

c) Gestão e Mediação de Conflitos Agrários.

Em conformidade com as atribuições institucionais da Ouvidoria Agrária fomos demandados a participar de várias audiências e reuniões objetivando conciliar e mediar conflitos instalados entre trabalhadores e proprietários de imóveis rurais.

Ante a realização das atividades retro mencionadas e tendo em vista a programação e execução das metas, consideramos que os resultados foram satisfatoriamente atendidos.

- Justificativa META

Apesar de constar como meta programada 283 famílias, a Superintendência atendeu a 10.260 famílias de trabalhadores rurais sem terras, cadastradas na Ouvidoria Agrária Regional que demandam providências do poder público para acesso ao programa de reforma agrária do governo federal.

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Gerente do programa: Alexandro da Anunciação Reis

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Carlos Antonio de Siqueira Fontenele.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

Público-alvo (beneficiários): População de comunidades remanescentes de Quilombos.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁶

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

⁶ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	P	4	Comunidade titulada (un.)	7	0	2	-

Fonte: LOA 2009, PPA 2008 – 2011, SIAFI e Caderno de Metas 2009 e 2010 (INCRA)

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
206.756,00	181.766,41	180.441,26	99,27%	171.641,26	94,42%	171.641,26	94,42%

Fonte: SIAFI

A meta física estabelecia a publicação de 07 (sete) Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação do Território(RTID) de comunidades quilombolas. Entretanto, nenhum foi concluído, embora aqueles referentes às comunidades quilombola Serra da Guia, em Poço Redondo e Luzienses, no município de Santa Luzia do Itanhy, terem sido finalizados em dezembro de 2009. No entanto, não houve tempo hábil para promover a instrução processual necessária para que os respectivos extratos fossem publicados nos Diários Oficiais da União e do Estado, quando então seriam considerados concluídos.

Outros 06 Laudos Antropológicos referentes às comunidades quilombola Pontal da Barra, no município de Barra dos Coqueiros, Ladeiras, em Japoatã, Caraíbas, em Canhoba, Forte, em Cumbe, Desterro, em Indiaroba e Catuabo, em Frei Paulo, estão sendo executados em parceria com o Governo do Estado (parte do RTID), porém também não chegaram à sua fase final, motivado pelo fato imprevisto de que uma ação judicial promovida por servidores da Empresa de Desenvolvimento Sustentável de Sergipe(PRONESE), bloqueou todos os recursos disponíveis em contas bancárias da empresa, dentre os quais os recursos do convênio para custear a elaboração desses laudos, o que motivou a paralisação dos serviços por aproximados 04 (quatro meses) meses, tendo sido necessário inclusive, prorrogar o prazo de vigência do respectivo convênio, número 3000/2008. As demais peças técnicas que compõem o RTID, Laudo Agrônômico, Levantamento Fundiário, Levantamento Cartorial e Topográfico estão sendo realizadas por Técnicos do INCRA

Outro RTID, o da comunidade quilombola Brejão dos Negros, no município de Brejo Grande, também enfrentou dificuldades para a sua conclusão uma vez que a Superintendência Regional do INCRA(SR) em Sergipe não dispõe de Antropólogos no seu quadro de pessoal e teve que recorrer à Sede que disponibilizou uma Antropóloga. Essa, por sua vez, foi substituída na tarefa por uma Antropóloga da Superintendência do Pará que acumulou a responsabilidade pela elaboração do Laudo Antropológico de Brejão dos Negros com outras atividades que desenvolve naquela SR.

Os recursos recebidos, que correspondem a 55,56% do estabelecido como meta financeira, foram utilizados na aquisição de passagens, manutenção de viatura, pagamento de certidões de cartórios, combustível e peças para viaturas(28%) e com diárias(72%) dos Técnicos responsáveis pela elaboração das peças técnicas dos RTID, além de vistorias e avaliações de imóveis rurais inseridos nos territórios das comunidades quilombolas Mocambo, em Porto da Folha e Lagoa dos Campinhos, no município de Amparo do São Francisco. Outra atividade custeada com os recursos desta ação foi a de cadastramento de famílias quilombolas.

2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	OP	3	Área indenizada (ha)	0	0	0	-

Fonte: LOA 2009, PPA 2008 – 2011, SIAFI e Caderno de Metas 2009 e 2010 (INCRA)

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0,00	0,00	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Por decisão da Diretoria do INCRA, os recursos desta ação foram centralizados na Sede e a liberação aconteceria a partir da demanda da Superintendência Regional. A indenização dos não quilombolas ocupantes do território é precedida por Decreto da Presidência da República que declara de interesse social o território quilombola, habilitando o INCRA a promover a vistoria e avaliação dos imóveis. No caso de Sergipe, a Superintendência Regional preparou os processos das comunidades Mocambo, em Porto da Folha e Lagoa dos Campinhos, no município de Amparo do São Francisco e os encaminhou ao INCRA nacional em 12/11/2008 e 23/04/2009, respectivamente, para que houvesse a edição do Decreto, o que só ocorreu em novembro de 2009. Mesmo assim, foi possível avaliar os imóveis do território Mocambo e iniciar no território de Lagoa dos Campinhos, porém não houve tempo suficiente para a descentralização dos recursos e o ajuizamento das ações visando a indenização dos não quilombolas, o que deverá ocorrer no exercício de 2010.

2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

Gerente do programa: César José de Oliveira.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Douglas Souza de Jesus.

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária não alfabetizados.

Público-alvo (beneficiários): Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária. De acordo Norma de execução/DA/INCRA nº 8 de 30 de janeiro de 2009, art3º as superintendências Regionais do INCRA (SR-01/PA; SR-02/CE; SR – 05/BA; SR-06/MG; SR-07/RJ; SR-08/SP; SR-10/SC; SR-18/PB; SR-19/RN; SR-20/ES; SR-22/AL; SR-23/SE; SR-24/PI; SR-26/TO; SR-28/DFE; SR-29/MSF; SR-30/SANTÁREM e o INCRA/Sede), apresentarão o processo de prestação de contas consolidado do exercício. Desta forma trabalharemos com as 17 superintendências regionais e o INCRA/SEDE.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁷

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem,

⁷ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	366	A	4	Trabalhador rural escolarizado (un.)	0	0	0	-

Fonte: LOA 2009, PPA 2008 – 2011, SIAFI e Caderno de Metas 2009 e 2010 (INCRA)

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0,00	0,00	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Essa ação não se aplica no âmbito da SR-23/SE.

2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com

as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização *lato sensu*, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no ultimo período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	363	A	4	Profissional capacitado (un.)	0	0	0	-

Fonte: LOA 2009, PPA 2008 – 2011, SIAFI e Caderno de Metas 2009 e 2010 (INCRA)

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0,00	0,00	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Essa ação não se aplica no âmbito da SR-23/SE.

2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sócio política e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócio ambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	363	A	3	Profissional formado (un.)	0	48	0	0

Fonte: LOA 2009, PPA 2008 – 2011, SIAFI e Caderno de Metas 2009 e 2010 (INCRA)

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0,00	177.888,32	177.888,32	100%	177.888,32	100%	177.888,32	100%

Fonte: SIAFI

Esta ação destina-se a garantir a formação profissional para qualificar os sujeitos e disponibilizar, em cada área de Reforma Agrária, recursos humanos capacitados que contribuam para o desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável.

As metodologias de ensino utilizadas se desenvolvem por meio de alternância - tempo escola e tempo comunidade, como forma de articular os saberes aprendidos na escola e os saberes desenvolvidos nos Projetos de assentamento em que os alunos moram.

O montante pago em 2009 nesta ação refere-se à primeira parcela do Curso de Licenciatura, que contempla 48 jovens beneficiários da Reforma Agrária provenientes de Projetos de Assentamento em Sergipe, mediante convênio CV/SE/Nº. 5.000/2006, firmado com a FAPESSE – Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe.

2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União;

manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas;

promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2009, PPA 2008 – 2011, SIAFI e Caderno de Metas 2009 e 2010 (INCRA)

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0,00	4.277,74	4.277,74	100%	4.277,74	100%	4.277,74	100%

Fonte: SIAFI

O total liquidado nesta ação foi utilizado como um suporte para as atividades de campo, de acordo com a seguinte distribuição: 34% em diárias, 65% em material de consumo (combustíveis e reposição de peças das viaturas).

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Gerente do programa: Adoniram Sanches Peraci.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Douglas Souza de Jesus.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar.

Público-alvo (beneficiários): Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁸

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de

⁸ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	606	A	3	Família assistida (un.)	1702	7216	7216	423,97%

Fonte: LOA 2009, PPA 2008 – 2011, SIAFI e Caderno de Metas 2009 e 2010 (INCRA)

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
2.204.958	55.452,00	55.452,00	100%	55.452,00	100%	55.452,00	100%

Fonte: SIAFI

Esta ação tem por objetivo prestar Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas

inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional; elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA); e capacitar os assentados e suas organizações com vistas a possibilitar à apropriação de conhecimentos e tecnologias, bem como o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre, as demandas locais e regionais.

A ATES, criada em 2004, é desenvolvida em parceria com empresas privadas de assistência técnica, EMDAGRO (e demais empresas estaduais de ATER), organizações não governamentais, fundações de universidades, mediante convênios plurianuais operacionalizado, até então, pela maioria das Superintendências Regionais do INCRA, bem como através de contratos firmados mediante processo licitatório e termos de parceria.

Além dos serviços de ATES prestados às famílias assentadas, bem como a elaboração dos PDAs e PRAs, a ação de ATES viabilizou em 2009 equipes de articuladores para acompanhar e potencializar as ações dos Núcleos Operacionais de ATES e também atividades de capacitação de assentados em alguns municípios sergipanos. Ainda em 2009, foi iniciado um processo de capacitação dos técnicos de ATES da Superintendência Regional do INCRA em Sergipe para elaboração e análise de PDA e PRA, visando qualificar estes instrumentos.

Salienta-se ainda o fato da meta física executada ter sido superior a 100% (423.97%), pois ocorreu atendimento a famílias inseridas em convênios firmados em exercícios anteriores, mas que estiveram efetivamente em vigência em 2009, tendo em vista que esta ação em geral é implementada mediante instrumentos jurídicos plurianuais.

O recurso liquidado nesta ação (R\$ 55.452,00) foi utilizado para pagamento da prestação de serviço de organização da II Oficina de Planejamento de ATES no Estado de Sergipe, mediante processo licitatório, conforme processo administrativo número 54370.001025/2009-98.

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2009, PPA 2008 – 2011, SIAFI e Caderno de Metas 2009 e 2010 (INCRA)

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
12.936,00	81.108,84	81.101,41	99,99%	71.265,61	87,86%	71.265,61	87,86%

Fonte: SIAFI

O total liquidado nesta ação foi utilizado como um suporte para as demais atividades da Divisão, de acordo com a seguinte distribuição: 70% em diárias, 21% em material de consumo (combustíveis e reposição de peças das viaturas), 7% em passagens aéreas, 1% em serviços de terceiros – pessoa jurídica (manutenção das viaturas) e 1% em reconhecimento de despesas de exercícios anteriores.

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Apoio Administrativo.

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente do programa: Eva Maria de Sousa Sardinha

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Carlos Augusto de Almeida.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁹

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de

⁹ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Maria do Socorro Freire de Oliveira.

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2009, PPA 2008 – 2011, SIAFI e Caderno de Metas 2009 e 2010 (INCRA)

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
575.680,00	1.002.826,14	994.132,24	99,13%	854.077,82	85,16%	854.077,82	85,16%

Fonte: SIAFI

A Ação “Administração da Unidade” contempla todas as questões de ordem operacional e administrativas da Unidade Gestora. Trata-se da alavanca mestra de suporte de funcionamento de todas as atividades institucionais da unidade, uma vez que contempla as atividades de transportes, licitações, contratos, almoxarifado, patrimônio, formalização de processos, recebimento e encaminhamento de documentos e processos administrativos, contabilidade, finanças, recursos humanos, controle de despesas, fiscalização de contratos e serviços administrativos prestados por empresas terceirizadas, dentre outros.

Os resultados obtidos pelo INCRA/Sergipe, no tocante a esta Ação, foram satisfatórios no exercício de 2009, considerando que esta Unidade Gestora está com alto índice de carência de servidores.

Aliás, sobre este tema, oportuno frisar que o INCRA/Sergipe está sendo bastante prejudicado no tocante à mão-de-obra funcional, uma vez que os concursos públicos até então realizados não comportaram a real demanda existente. Não obstante, dos novos servidores que entraram em exercício, provenientes dos citados concursos públicos, uma significativa parcela já não mais estão prestando atividades no INCRA/Sergipe, principalmente por terem tomado posse noutros cargos públicos não acumuláveis.

Outro fator que poderia ter contribuído para um acréscimo na execução das atividades da Ação em espeque, diz respeito ao contingenciamento de recursos ocorridos no exercício de 2009, devido ao aumento da austeridade na condução da política de economia de recursos praticados pelo Governo Federal, decorrente da crise econômica mundial de 2009.

2.3.9.2 Ação 2003 - Ações de Informática

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.

Descrição: Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Francisco Marcelo Marques Lima

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	126	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2009, PPA 2008 – 2011, SIAFI e Caderno de Metas 2009 e 2010 (INCRA)

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
8.000,00	357.569,86	357.474,86	99,97%	21.698,22	6,06%	21.698,22	6,06%

Fonte: SIAFI

O total liquidado nesta ação foi utilizado como um suporte para as demais atividades da Divisão, de acordo com a seguinte distribuição: 3% em diárias, 23% passagens aéreas, 26% contratação de mão-de-obra terceirizada, 0,4% em pagamento de taxas e 47% em aquisição de material permanente.

Há ainda um empenho não-liquidado no valor de R\$ 246.000,00 em nome da empresa LTA Rh Informática, referente à aquisição de 12 servidores de impressão / backup, sendo que 11 serão distribuídos nas Superintendências de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Amazonas, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Amapá, Alagoas, Piauí, Roraima e DF (entorno). A aquisição foi realizada pela Superintendência Regional de Sergipe atendendo solicitação da Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação (DET).

2.4 Desempenho Operacional

2.4.1. Programação Orçamentária

2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias (UO)

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Despesas Correntes							
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos		-	-	-	-	-
	Recebidos						
		373001	49201	0927200890181	6.748,66		
		373001	49201	2112201352272			13.499,13
		373001	49201	2112201372272			204.205,88
		373001	49201	2112201382272			9.673,42
		373001	49201	2112207502000			996.668,14
		373001	49201	2112211204304			14.443,60
		373001	49201	2112213502272			4.277,74
		373001	49201	2112214272272			81.108,84
		373001	49201	2112501382105			60.044,81
		373001	49201	2112607502003			67.662,94
		373001	49201	2112701382110			322.531,96
		373001	49201	2112701384426			2.700.000,00
		373001	49201	2112713361642			181.766,41
		373001	49201	2112801394572			77.738,89
		373001	49201	2136313508370			177.888,32
		373001	49201	2160614274470			55.452,00
		373001	49201	2163101358374			282.259,46

Despesas Correntes							
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
		373001	49201	2163101358384			82.503,13
		373001	49201	2163101358387			256.216,48
		373001	49201	21631013710YN			146.483,95
		373001	49201	2163101372B06			412.274,05
		373001	49021	2163101374358			61.418,20
		373001	49201	2163111202109			181.213,51
Externa	Concedidos						
	Recebidos						

Despesas de Capital							
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação		4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos						
	Recebidos						
		373001	49201	21122013822720001	9.664,00		
		373001	49201	21122075020000001	6.158,00		
		373001	49201	21126075020030001	289.906,92		
		373001	49201	21631013544600001		5.082.958,02	
		373001	49201	21631013704270001		11.134.700,00	
		373001	49201	2163101372B060001			33.308,20
		373001	49201	21631013783960001			2.308.659,57
Externa	Concedidos						
	Recebidos						

Fonte: SIAFI

2.4.2 Execução Orçamentária

Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	2.368.524,84	3.140.585,46	2.368.524,84	3.140.585,46
Convite	104.012,78	167.458,10	104.012,78	167.458,10
Tomada de Preços	354.076,23	1.212.226,27	354.076,23	1.212.226,27
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	1.910.435,83	1.760.901,09	1.910.435,83	1.760.901,09
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	459.853,62	445.106,01	459.853,62	445.106,01
Dispensa	375.346,02	405.744,84	375.346,02	405.744,84
Inexigibilidade	84.507,60	39.361,17	84.507,60	39.361,17
Regime de Execução Especial	40.040,23	44.228,71	40.040,23	44.228,71
Suprimento de Fundos	40.040,23	44.228,71	40.040,23	44.228,71
Pagamento de Pessoal	-	-	-	-
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	616.199,86	752.068,51	616.199,86	752.068,51
Outros	-	-	-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL (arquivos encaminhados pelo INCRA/Sede) e SIAFI

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		RP NÃO PROCESSADOS		VALORES PAGOS	
GRUPO DE DESPESAS	EXERCÍCIOS							
1. DESPESAS DE PESSOAL	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
08	1.957,92	6.748,66	1.957,92	6.748,66	0,00	0,00	1.957,92	6.748,66
3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES								
14	621.289,09	752.068,51	621.289,09	752.068,51	0,00	0,00	621.289,09	752.068,51
30	451.956,24	481.944,38	451.956,24	481.944,38	148.828,20	191.566,06	303.128,04	290.378,32
33	132.584,13	177.340,75	132.584,13	177.340,75	7.174,14	6.835,47	125.409,99	170.505,28
35	0,00	137.983,95	0,00	137.983,95	0,00	137.983,95	0,00	0,00
36	771,44	2.521,44	771,44	2.521,44	0,00	0,00	771,44	2.521,44
37	587.924,16	599.296,00	587.924,16	599.296,00	50.449,34	92.460,11	537.474,82	506.835,89
39	465.482,01	717.401,27	465.482,01	717.401,27	94.111,80	247.924,48	371.370,21	469.476,79
41	8.872.337,77	3.438.276,72	8.872.337,77	3.438.276,72	3.816.091,97	3.000.000,00	5.056.245,80	438.276,72
47	92.690,00	37.550,33	92.690,00	37.550,33	67.558,78	17.720,43	25.131,22	19.829,90
92	16.580,57	27.065,19	16.580,57	27.065,19	0,00	0,00	16.580,57	27.065,19
TOTAIS	11.243.573,33	6.378.197,20	11.243.573,33	6.378.197,20	4.184.214,23	3.694.490,50	7.059.359,10	2.683.706,70

Fonte: SIAFI

2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	1.322.221,30	2.647.696,69	13.222.221,44	2.647.696,69	795.931,08	1.484.645,07	526.290,36	1.042.265,52
41	46.662,30	1.103.192,73	46.662,3	1.103.192,73	0,00	976.277,71	46.662,30	126.915,02
51	436.648,56	1.234.426,84	436.648,56	1.234.426,84	185.379,98	227.246,44	251.268,58	886.394,30
52	832.045,59	310.077,12	832.045,59	310.077,12	610.551,10	281.120,92	221.494,49	28.956,20
92	68.64,99	0,00	6.864,99	0,00	0,00	0,00	6.864,99	0,00
5 - Inversões Financeiras	12.793.813,52	16.217.658,02	12.343.813,52	16.217.658,02	1.121.132,01	2.242.003,83	11.232.221,51	20.691.854,19
41	-	3.648.603,83	-	3.648.603,83	-	364.803,83	-	-
61	2.381.513,52	1.434.354,19	2.381.513,52	1.434.354,19	2.932,01	0,00	2.379.121,51	11.434.354,19
66	9.962.300,00	11.134.700,00	9.962.300,00	11.134.700,00	1.109.200,00	1.877.200,00	8.853.100,00	9.257.500,00
-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANOS		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	74.676,40	125.409,99	168.575,28
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	459.436,11	621.289,09	752.068,51
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1. Publicidade	58.978,04	46.009,65	71.076,08
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	188.434,86	242.434,10	252.217,94
3.3. Tecnologia da informação	5.060,11	5.498,00	21.698,22
3.4. Outras Terceirizações	279.735,94	329.710,34	303.894,37
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	28.946,73	44.494,65	43.395,68
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	31.642,70	46.476,60	43.395,68
TOTAIS	1.126.910,89	1.461.322,42	1.656.321,76

Fonte: SIAFI GERENCIAL (Arquivos encaminhados pelo INCRA/Sede), SIAFI

Observações:

- 1.A diferença dos saldos nos pontos 4 e 5 ocorre em virtude do acréscimo apurado inerente Suprimento de Fundos da Conta tipo "B".
2. Os montantes apresentados por exercício representam os valores efetuados em cada modalidade, menos as suas respectivas devoluções.
3. No ponto 2, no tocante a ressarcimento de despesas em viagens, informamos que não é aplicável à natureza jurídica

2.4.5. Indicadores de Desempenho

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100. $\left(\frac{1\,787\,695,51}{2\,191\,034,10} \times 100 \right) /$	- Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. <u>Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br.</u>	81,6%
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.</u> $\left(\frac{6}{2} \times 100 \right) /$	- Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. - Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	300%
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.</u> $\left(\frac{1061}{1761} \times 100 \right) /$	- Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. - Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	60,24%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	- Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. - Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.	R\$ 3079,98 / há
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício[5], no nível de agregação), multiplicado por 100.</u>	- Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. - Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	358,3%
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais[6], no nível de agregação), multiplicado por 100.</u>	- Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. - Quantidade total de PA(s) federais – Sipra.	28,4%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
<u>Índice de acesso à água para consumo doméstico</u> [7]	<u>Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente</u> [8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	88/1404 = 6,26%
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra</u> [9], <u>dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.</u>	• Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR • Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra.	PDA =31/197 =15,73% PRA= 25/197 = 12,69%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.</u>	• Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. • Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	216/1404 = 15,38%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.</u>	• Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra.	213/1404 = 15,17%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	FOMENTO – 196/1404 = 13,96% Apoio Inicial- 64/1404 = 4,55% REFORMA DE CASAS = 945/1404 = 67,30 % SEMI-ÁRIDO = 249/1404 = 17,73%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; .Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	7215/9204 = 78,39%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
<u>Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15]</u>	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	· <u>Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATES (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.</u>	Esse levantamento está sendo realizado pela prestadora de ATES, no entanto não está concluído.
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	• Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. · Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	216/9204= 2,34%
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	• Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	0%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
<u>Índice de consolidação de assentamentos</u> [16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	1235/9204=13,41%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	59/96 = 61,45%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	22,06 horas por servidor
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status "aprovado" no exercício/Quantidade de convênios com status "comprovado" no exercício)multiplicado por 100.	SIAFI e SICONV	150%

Observações:

1. No índice de Aprovação de Convênios foram considerados:

1.1. Na quantidade de Convênios com status "APROVADO", informamos que foram evidenciados 06(seis) registros na conta contábil 199620600 em virtude de cotejo com exercício 2008, de nº 468544(parç.001), 468551(parç.001), 489004(parç.001), 513510(parç.001,002,003), 515323(parç.001) e 577917(parç.001).

1.2. Na quantidade de Convênios com status "COMPROVADO", informamos que foram detectados 04(quatro) registros na conta contábil 199620500 em virtude de cotejo com exercício 2008, de nº 488034(parç.006), 575619(parç.001 e 999), 579089(parç.001) e 579394(parç.001 e 002).

1.3. Não foram considerados na composição da quantidade, os convênios que sofreram tão somente alterações em seus valores nas parcelas.

1.4. Não ocorreu nenhuma apresentação de contas de convênios mediante SICONV.

3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

3.1 Composição dos Recursos Humanos

3.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	96	99	160
Próprios	96	99	160
Requisitados	-	-	-
Celetistas	-	-	-
Cargos de livre provimento	-	-	-
Estatutários	-	-	-
Não Estatutários	-	-	-
Terceirizados	40	40	20
Total	136	139	180

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Humanos – INCRA/Sede

Observações:

O INCRA/Sergipe possui, atualmente, o apoio da mão-de-obra de 40 (quarenta) funcionários terceirizados, atuando nas atividades de Apoio Administrativo a todos os setores da SR-23/SE, além das atividades de Limpeza e Conservação, e Vigilância armada.

A lotação ideal citada no demonstrativo, reflete a necessidade de recomposição da força de trabalho da SR-23/SE (Quadro Permanente), tendo em vista que, após a realização dos últimos 02 (dois) concursos públicos, já ocorreram vacância de cargos efetivos por posse dos ex-novos servidores em outros cargos não acumuláveis, somado, ainda, ao quantitativo de aposentadorias já concedidas, e outras que estão na iminência de concessão. Ocorrendo a recomposição do Quadro Permanente da Regional, certamente tal situação terá impacto proporcional no quantitativo de mão-de-obra terceirizada, pois, o acréscimo num, automaticamente gerará o decréscimo noutro, especificamente no que tange às atividades de apoio administrativo.

3.1.2 Composição e custos de Recursos Humanos

Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009						
Tipologia	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	104	1.605.726,32	216.804,36	3.276.060,63	190.235,77	0,00
2008	106	2.403.565,82	265.218,27	3.585.978,14	318.387,95	1.926,79
2009	101	3.417.008,63	266.608,29	2.222.501,2	407.949,62	1.939,41
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	1	-	20.002,17	-	-	-
2008	1	-	21.710,85	-	-	-
2009	1	-	9.168,12	-	-	-
Requisitados com ônus para a UJ						
2007	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-
Requisitados sem ônus para a UJ						
2007	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-

FONTE: Coordenação Geral de Recursos Humanos – INCRA/Sede

Observações: Na coluna relativa ao pagamento de indenizações (exercícios de 2008 e 2009), foram registrados os valores afetos ao acerto financeiro de ex-servidores que pediram exoneração de cargos efetivos. No Item relativo aos Cargos de Provimento (sem vínculo), a redução no valor das despesas afetas ao exercício de 2009 (relação aos exercícios de 2007 e 2008) deve-se em virtude do corte no quantitativo de cargos de livre provimento (DAS 102.1 - Assistente) decorrente da nova estrutura organizacional implementada no ano de 2009.

QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	14 POSTOS	188.434,86	26	297.267,74	-	-	09	21.856,30
2008	14 POSTOS	242.434,10	26	351.173,54	-	-	06	26.323,38
2009	14 POSTOS	252.217,94	26	323.540,09	-	-	09	48.770,46

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos – INCRA/Sede

OBSERVAÇÕES:

Os valores relativos aos custos com os serviços terceirizados de Limpeza e Conservação, Vigilância e de Apoio Administrativo sofreram variações nos 03 (três) exercícios em virtude da celebração de novos contratos, repactuações para manutenção do equilíbrio econômico e financeiro das avenças, bem como em virtude dos Dissídios Coletivos (aumento do Salário –Mínimo).

Nos 03 (três) exercícios financeiros contidos na tabela não ocorreram despesas com a contratação de mão-de-obra terceirizada para atuação específica nas atividades finalísticas da Regional.

O acréscimo no valor das despesas com estagiários, exercício de 2009, reflete o resultado da nova legislação publicada à época, que além de acrescer o valor das bolsas remuneratórias, introduziram ainda o benefício do auxílio-transporte.

3.2 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra

Nat.		Contrato	Empresa contratada	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
						Quantidade				
					Médio = 54		Superior = 44			
			Início	Fim	AT	EF	AT	EF		
Limpeza, conservação e higienização	CRT/SE 13.000/2002	UNISERV EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA.	13/11/2002	28/2/2007	10	10	10	10	E	
	CRT/SE 01.000/2007	TECSERV SERVIÇOS TÉCNICOS E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA.	8/5/2007	03/11/2007	10	10	10	10	E	
	CRT/SE 02.000/2007	AJAX EMPREENDIMENTOS & SERVIÇOS TERCEIRIZÁVEIS LTDA.	6/12/2007	5/12/2010	10	10	10	10	P	
Vigilância	CRT/SE 11.000/2004	SACEL - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.	29/12/2004	28/12/2009	04	04	04	04	E	
	CRT/SE 13.000/2009	SACEL – SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.	29/12/2009	28/12/2010	04	04	04	04	A	
Analista de Sistema, Recepcionista e Secretariado	CRT/SE 04.000/2005	MMKS EMPREENDIMENTOS LTDA.	29/12/2005	28/6/2010	18	18	18	18	P	
Auxiliar de Serviços Gerais e Digitadores	CRT/SE 03.000/2005	SELCOI - SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.	29/12/2005	3/12/2007	06	06	06	06	E	
	CRT/SE 05.000/2007	M.M.K.S. - EMPREENDIMENTOS LTDA.	24/12/2007	23/2/2010	06	06	06	06	P	
Copeiragem	CRT/SE 04.000/2004	EMPACE - EMPRESA DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA.	27/9/2004	27/3/2009	02	02	02	02	E	
	CRT/SE 03.000/2009	M.M.K.S. EMPREENDIMENTOS LTDA.	16/7/2009	15/7/2010	02	02	02	02	A	
Reprografia, duplicação, encadernação e plotagem	CRT/SE 05.000/2002	L'AFFICHE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	16/4/2002	15/4/2008	01	01	01	01	E	
	CRT/SE 04.000/2008	L'AFFICHE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	22/9/2008	21/9/2010	01	01	01	01	A	

Observação:

Os contrato terceirizados de Apoio Administrativo (Recepcionistas – Digitadores, por exemplo) estão em quantitativos insuficientes para a demanda existente na Unidade Gestora. Entretanto, justifica-se tal situação tendo em vista as dificuldades orçamentárias para obtenção de recursos no Elemento de Despesas 339037 – Locação de Mão-de-Obra

Fonte: Termos de Contratos da SR-23/Sergipe e SIAFI

3.3 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir

A Unidade Gestora não adotou, até o momento, indicadores de gestão sobre Recursos Humanos.

3.4 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos

A Superintendência Regional do INCRA de Sergipe (SR-23) atualmente dispõe de 96 (noventa e seis) servidores efetivos no seu quadro ativo, além de 40 (quarenta) terceirizados e 09 (nove) estagiários, totalizando, assim, 145 (cento e quarenta e cinco) colaboradores.

Os concursos realizados nos anos de 2004 e 2005 possibilitaram ampliação do quadro funcional. Entretanto, parcela significativa dos servidores oriundos desses concursos já não compõe o quadro ativo desta Superintendência.

A Divisão de Administração (SR-23/A), por exemplo, contemplada com 08 (oito) vagas, possui em exercício apenas 03 (três) desses novos servidores, uma vez que 04 (quatro) pediram exoneração e 01 (um) ocupa cargo de direção – Assessor de Planejamento.

Dentre as diversas razões para esse expressivo egresso, destacamos a aprovação e respectiva nomeação em outros cargos públicos decorrente da aprovação em concursos para outros órgãos do Poder Público que apresentam políticas remuneratórias mais satisfatórias.

Quanto à distribuição dos servidores efetivos, 27 (vinte e sete) estão lotados na área-meio – Divisão de Administração – e 74 (setenta e quatro) na área finalística.

Diante da vasta missão organizacional desta Autarquia, com uma crescente demanda que envolve variadas ações na área-fim, bem como as complexas atividades administrativas, o quadro funcional possui uma distribuição adequada, porém, apresenta-se insuficiente nos aspectos quantitativos e qualitativos.

Quanto ao desempenho funcional dos servidores e funcionários, podemos enfatizar alguns fatores que trouxeram melhorias:

- 1) A chegada dos novos servidores, melhorando a distribuição de atividades e agregando novos conhecimentos e experiências no exercício das atividades; e
- 2) Investimentos em capacitações, por garantir maior eficiência, segurança e eficácia às atividades laborais.

A terceirização também apresentou impactos positivos na produtividade desta UJ, ainda que com diversos problemas de natureza contratual vivenciados nos últimos meses.

Importante enaltecer que novas contratações mais criteriosas de mão-de-obra terceirizada, à luz das novas disposições normativas nos procedimentos licitatórios – conforme trabalho que está sendo realizado neste começo de exercício –, possivelmente trarão melhorias no suporte operacional às atribuições pertinentes à administração da sede.

Verificamos a adoção de medidas por parte do órgão ministerial supervisor para substituição das terceirizações indevidas de atividades finalísticas da administração pública, com a eliminação da categoria “Secretária” para a próxima contratação de terceirizados.

Nos últimos exercícios não tivemos efeitos de planos demissionais. Entretanto, crescentes pedidos de exoneração e aposentadorias têm criado o passivo trabalhista que se não for devidamente contornado trará sérios problemas a nossa Autarquia.

Na Divisão de Administração (SR-23/A), por exemplo, dos 27 (vinte e sete) servidores efetivos – incluindo o corpo técnico-operacional e os motoristas –, 03 (três) estão com aposentadoria iminente, devendo ocorrer outras baixas.

Assim, ao alcance das metas institucionais, e visando suprir esse passivo e renovar o quadro próprio de recursos humanos no médio e longo prazo, é necessário o contínuo investimento na realização de concursos públicos para a contratação de novos servidores efetivos, bem como a abertura de novas vagas para terceirizados.

Em que pese enaltecer a importância das melhorias decorrentes dos Planos de capacitação do Quadro de recursos humanos, podemos afirmar que alguns dos pilares à consecução dos objetivos do “Plano de Capacitação dos servidores do INCRA – 2008/2011” necessitam de um melhor aprimoramento à efetivação. Conforme previsto nesse Plano, a avaliação de desempenho, por exemplo, deveria buscar a valorização da participação e do aproveitamento dos servidores em cursos de formação profissional, tornando a capacitação um indicador de desempenho. Da mesma forma, as promoções funcionais contempladas no Plano de Carreira deveriam estar atreladas ao histórico de aproveitamento e conclusão de cursos realizados para a melhoria do desempenho das atividades dos servidores.

No que envolve a política remuneratória da UJ, importante frisar a importância que representa para a instituição. Quando comparada a outros órgãos do Poder Executivo ou a órgãos de outros poderes, a política remuneratória do INCRA é pouco satisfatória. Tal fato influencia na produtividade e nos pedidos de exoneração de funcionários.

Em razão disso, é imprescindível a revisão do Plano de Carreira visando melhorias na remuneração.

4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

MOVIMENTO DA CONTA CONTÁBIL 2.1.2.1.1.11.00					
UG	CREDOR (CNPJ/CPF)	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO FINAL
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

Fonte: Setorial Contábil da SR-23/Sergipe, mediante consulta ao sistema SIAFI.

Esclarecimento: Não houve ocorrências no período no âmbito desta Superintendência Regional do INCRA, em razão da inexistência de registro acerca de Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.

5. Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	120.786,10	-	-	120.786,10
2008	12.537,33	-	-	12.537,33
2007	3.825,30	-	3.825,30	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	10.704.939,40	-	-	10.704.939,40
2008	6.079.199,99	421.493,46	2.355.219,71	3.302.486,82
2007	4.142.568,50	194.083,41	3.944.546,78	113,01
Observações:				
No exercício 2009 ocorreu a liquidação da despesa inerente ao nota de empenho nº 2008NE900565, fato que gerou inscrição da quantia de R\$ 12.537,33 com Restos a Pagar Processados.				

Fonte: SIAFI 2007, 2008, 2009 e 2010.

6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s)									
UG / CNPJ		Denominação							
373052/00.375.972/0021-04		Superintendência Regional de Sergipe / INCRA / SR-23							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
CONVÊNIO	579394	97500037000110 - FAPESF FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA E EXTENSÃO	864.416,18	31.394,42	326.021,76	177.888,32	22/dez/06	30/set/11	0 – Adimplente VIGENTE
CONVÊNIO	701931	13128798002651 ESTADO DE SERGIPE - ADMINISTRACAO DIRETA	682.818,46	210.182,20	472.636,26	97.955,02	29/dez/08	28/mar/10	0 – Adimplente VIGENTE
CONVÊNIO	702874	13128798001337 ESTADO DE SERGIPE - ADMINISTRACAO DIRETA	110.000,00	11.000,00	99.000,00	99.000,00	31/dez/08	30/dez/10	0 – Adimplente VIGENTE
CONVÊNIO	702882	07837437000123 CENTRO COMUNITARIO DE FORMACAO EM AGROPEC	875.635,68	10.383,03	75.000,00	75.000,00	31/dez/08	31/dez/09	0 – Adimplente NÃO VIGENTE

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s)									
UG / CNPJ		Denominação							
373052/00.375.972/0021-04		Superintendência Regional de Sergipe / INCRA / SR-23							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
CONVÊNIO	701455	03856188000162 BIOTERRA - ORGANIZACAO PARA CONSERVACAO D	212.661,20	22.320,00	<u>190.341,20</u>	126.700,00	29/dez/08	<u>15/ago/10</u>	0 – Adimplente VIGENTE
CONVÊNIO	702821	03856188000162 BIOTERRA - ORGANIZACAO PARA CONSERVACAO D	450.050,00	50.050,00	400.000,00	400.000,00	31/dez/08	<u>30/ago/10</u>	0 – Adimplente VIGENTE
CONVÊNIO	702011	03856188000162 BIOTERRA - ORGANIZACAO PARA CONSERVACAO D	260.548,40	17.900,00	<u>242.648,40</u>	162.648,40	29/dez/08	28/jul/10	0 – Adimplente VIGENTE

Fonte: SIAFI 2009 e SICONV

Observações: Na transferência realizada sob o Convênio Identificado nº 702821, esclarecemos que a transferência efetivamente ocorreu no dia 22/01/2010, em virtude do cancelamento da Ordem Bancária gerada no dia 31.12.2009, entendendo cabe o registro/preenchimento dos campos de repasses considerando os atos efetuado no exercício 2009.

7. Previdência Complementar Patrocinada

Observação: A Unidade Gestora 373052 (Superintendência Regional do INCRA no Estado de Sergipe) não possui Plano Complementar Patrocinada

8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

No exercício de 2009 não foram realizadas operações (Projetos ou Programas) provenientes de financiamentos com recursos de origem externa.

9. Renúncias tributárias

A Unidade Gestora não realizou operações relativas à Renúncias Tributárias no exercício de 2009.

10. Operações de fundos

A Unidade Gestora não realizou, no exercício de 2009, Operações de Fundos.

11A. Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno

AUDITORIA INTERNA DO INCRA

Diligência – AUDIN	Resposta – SR-23/SE
FAX/INCRA/AUDIN/Nº 127/2009	FAX/INCRA/SE/A/Nº 99/2009
FAX/INCRA/AUDIN/Nº 91/2009	FAX/INCRA/SE/A/Nº 86/2009
MEMO/INCRA/AUD/Nº 616/2009	MEMO/INCRA/SE/Nº 508/2009
MEMO/INCRA/AUDIN/Nº 677/2009	MEMO/INCRA/SE/Nº 487/2009
MEMO/AUD/Nº 198/2009	Memorando/INCRA/SE/A/Nº 290/2009 e Memorando/INCRA/GAB/SR-23/Nº 133/2009 (e anexos)

Controladoria Geral da União - CGU

DILIGÊNCIA – CGU	RESPOSTA – SR-23/SE
Solicitação de Auditoria nº 218094-05/2009	Ofício/INCRA/SE/G/Nº 44/2009 e Ofício/INCRA/SE/G/Nº 48/2009
Solicitação de Auditoria nº 218094-04/2009	Ofício/INCRA/SE/G/Nº 39/2009
Solicitação de Auditoria nº 218094-07/2009	Ofício/INCRA/SE/G/Nº 119/2009
Solicitação de Auditoria nº 218094-09/2009	Ofício/INCRA/SE/G/F/Nº 113/2009
Solicitação de Auditoria nº 218094-12/2009	Ofício/INCRA/SE/G/T/Nº 156/2009
Solicitação de Auditoria nº 218094-11/2009	Ofício/INCRA/SE/G/F/Nº 159/2009 e Ofício/INCRA/SE/G/F/Nº 252/2009
Solicitação de Auditoria nº 223155-02/2009	Ofício/INCRA/SE/G/Nº 1162/2009
Solicitação de Auditoria nº 223155-01/2009	Ofício nº 672/INCRA/SR-23/GAB/2009
Solicitação de Fiscalização nº 227226-03	Ofício nº 1231/INCRA/SR-23/GAB/2009

11B. Determinações e recomendações do TCU

DILIGÊNCIA – TCU	RESPOSTA – SR-23/SE
Acórdão nº 1477/2009	Ofício/INCRA/SE/G/Nº 1353/2009, Ofício/INCRA/SE/G/Nº 1214/2009, Ofício/INCRA/SE/G/Nº 987/2009 e Ofício/INCRA/SE/Nº 1006/2009

12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

ADMISSÃO E DESLIGAMENTOS – EXERCÍCIO DE 2009

SERVIDORES ADMITIDOS EM 2009	00
SERVIDORES EXONERADOS/VACÂNCIA EM 2009	03

SERVIDORES APOSENTADOS EM 2009

MATRÍCULA	NOME	CARGO	DATA
1099854	VICENCIA MARIA SCHETTINO	Técnico em Cadastro Rural	04/02/2009
0725661	MARIA ROSILDA DE ARAUJO MIRANDA	Assistente de Administração	04/12/2009
0720752	SINVAL ALVES PINHEIRO	Assistente de Administração	04/12/2009
SERVIDORES APOSENTADOS EM 2009			03

BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO EM 2009

MATRÍCULA	NOME	INSTITUIDOR DE PENSÃO
5214530	ANA ROSA LOZ SALES	ANTONIO FERREIRA DE SALES FILHO
05096219	FRANCISMARA SANTOS FARIAS	FRANCISCO FARIAS DE LIMA
5214467	LUIZ ANTONIO LOZ SALES	ANTONIO FERREIRA DE SALES FILHO
05096171	MARIA NARCISA DOS SANTOS SILVA	FRANCISCO FARIAS DE LIMA
05135176	TEREZINHA DOS SANTOS SOUZA	MANOEL FREIRE DE SOUZA
5214416	VALÉRIA FREITAS LOZ	ANTONIO FERREIRA DE SALES FILHO
BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO INCLUÍDOS EM 2009		06

13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

A Superintendência Regional do INCRA em Sergipe, Unidade Gestora pertencente à estrutura organizacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, possui as informações decorrentes de seus contratos, convênios e termos de parceria, devidamente registrados e atualizados nos sistemas SIASG e SIAFI, assim como no Portal de Convênios, por intermédio do sistema SICONV, nos termos da legislação correlata.

14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

A Superintendência Regional do INCRA em Sergipe declara que as informações relevantes já constam no corpo deste relatório.

15. Informações Contábeis da Gestão


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA)
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA)
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SERGIPE (SR-23)

DECLARAÇÃO

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do sistema SIAFI inerente ao exercício 2009 (Balancos Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial desta unidade jurisdicionada, exceto no tocante a:

a) Classificação equivocada da natureza de despesa ocorrida no final do exercício 2008 (aquisição de um elevador), que refletiu em registro errôneo na conta 142129700 no exercício 2009 a partir dos pagamentos, com ajustes ulteriores pertinentes após todos os pagamentos, com baixa da quantia de R\$ 59.701,51 (cinquenta e nove mil, setecentos e um reais e cinquenta e um centavos) para registro correto na conta contábil 142111002.

Ademais, estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração, contudo, oportunamente, no que pese, consignamos que o Setor de Contabilidade do INCRA/SR-23 foi carente de servidores, fato que limitou e debilitou a força operacional do Setor, visto que durante o exercício de 2009 foi composto por um único servidor, este signatário, que tratou, além dos Demonstrativos Contábeis dessa Unidade Jurisdicional do INCRA, das análises de repactuação de contratos, pagamentos ordinários diversos, prestações de contas inerentes a suprimentos de fundos, diárias e convênios (transferências voluntárias), bem como presidiu a Comissão e participou da instrução dos processos de Tomada de Contas Especial (TCE) da Regional, cabendo assim evidenciar a exposição a penas ou sanções por alguma falta diante do volume de demandas vinculadas ao Setor aludido, ressaltando que existiu em suas atuações, atenção quanto à prudência e o zelo frente a assuntos distintos, melindrosos e que requereram tempo de pesquisa e de análise.

Aracaju/SE, 08 de março de 2010.


Hamilton Sobral Carvalho
CONTADOR
OS INCRA/SR-23/SE/Nº 0154/2008
CRC/SE - 003556/D-2
INCRA/SR-23

1 / 1

16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

A Superintendência Regional do INCRA em Sergipe declara que as informações relevantes já constam no corpo deste relatório.